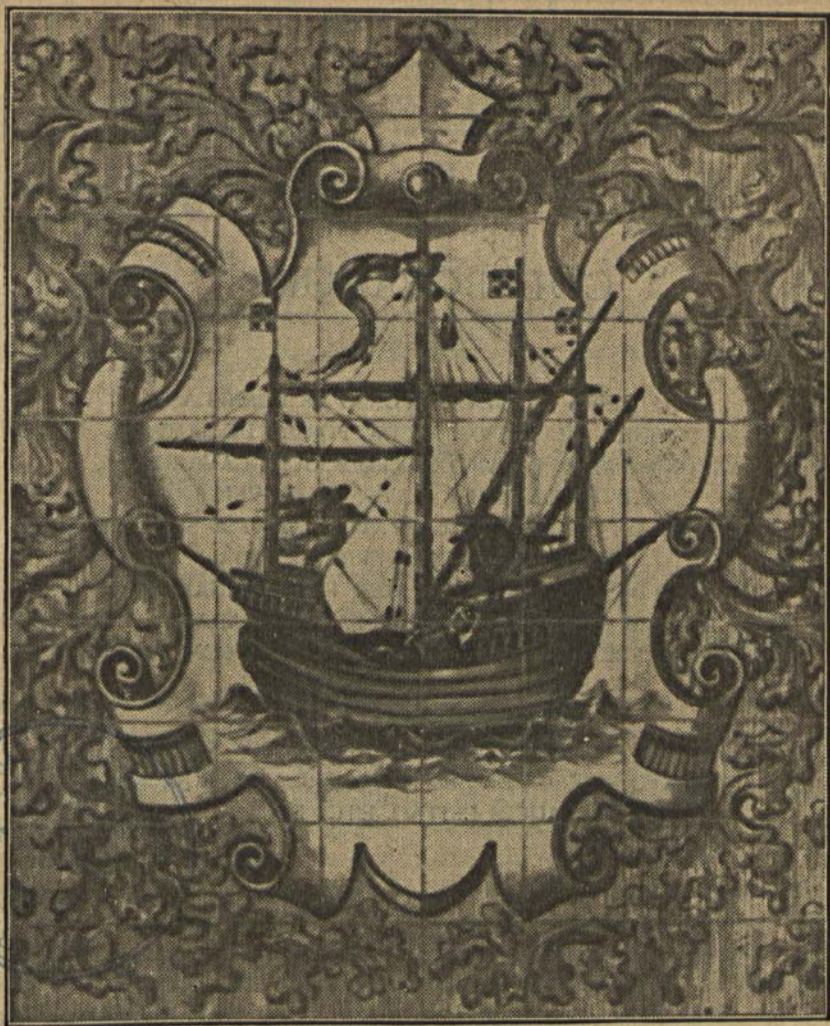




Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

Revista Trimestral

LISBOA

Director

N.º 18

1935

O Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo
Histórico Municipais — Joaquim Leitão

Outubro
a Dezembro

COLABORADORES

A. VIEIRA DA SILVA, AFONSO DE DORNELAS,
AGOSTINHO DE CAMPOS, ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO,
ANTÓNIO BAIÃO, Dr. ANTÓNIO RODRIGUES CAVALHEIRO,
ARTUR DA MOTA ALVES, COSTA VEIGA,
FIDELINO DE FIGUEIREDO, GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA,
HENRIQUE CAMPOS FERREIRA LIMA,
JOÃO DA SILVA CORREIA, JUAN TENA FERNANDEZ,
JÚLIO DANTAS, JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS, LARANJO COELHO,
LUÍS DE FREITAS BRANCO, LUÍS DA CUNHA GONÇALVES,
LUÍS DE MACEDO, LUÍS CHAVES,
Prof. MOSÉS BENSABAT AMZALAK,
QUIRINO DA FONSECA, Dr. REINALDO DOS SANTOS,
SAMPAYO RIBEIRO, Dr. SEMTOB DREIBLATT SEQUERRA,
JACQUIM LEITÃO, ETC., ETC.

Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

ANO V

LISBOA — OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1935

N.º 18

O Capuz de Miguel Ângelo

Discurso proferido na sessão solene
de encerramento
das Grandes Festas da Cidade e nos Paços do Concelho

Faz agora cem anos, já a flor do trigo erguia a sua prece doirada e em nome do seu perfume as rosas pediam perdão da sua côr ardente, nascia sob tecto pobrinho alguém tão humilde, tão humilde que em português o seu nome — José Sarto — quer dizer apenas José Alfaiate. Essa humildade de raiz talhava-o à maravilha para os altos e santos lugares onde a magnificência é renúncia. De pequenina paróquia rural passou a Chanceler de Treviso, depois a Bispo de Mântua, até que ascendeu a Patriarca de Veneza. As prodigalidades do esmolar não deixavam medrar a sumptuosidade do cardeal Sarto. Vivendo a sobriedade natal, todos naquêle paço porfiavam em se des-

fazer do supérfluo e do necessário: o Cardeal e as três irmãs com quem vivia.

A «Capa Magna» que o Patriarca do Adriático reveste nas grandes celebrações de Veneza e o Cardeal Sarto ostentava era a que o predecessor deixara já muito usada. Mas à pobreza amparada pelos Sartos ela aparecia deslumbradamente bordada de estrélas.

Tanta santidade havia de chegar a Roma. E o conclave que destinou o supremo sólio vacante de Leão XIII entregou-o ao Cardeal de Veneza.

Eleito Papa, andando em despedidas por Veneza, encontrou-se com a doce Rainha Margarida. A Regina hesitou em parar com o novo

Papa. Ele, embora bem longe da reconciliação do Papado com a casa de Saboya, não. Cumprimentou-a, e ficou-se a conversar.

A Rainha Margarida, encantada mas receiosa, olhando a um lado e outro da rua, disse por fim:

— O que dirá Roma quando souber que Sua Santidade esteve a falar com a Rainha?!

Com placidez de alma e prontidão de voz, respondeu no saboroso dialecto véneto:

— O que dirá Roma, não sei. *Má qui commanda mi!*

Este grito de independência não impediu Pio X de ser na cadeira de S. Pedro o mais humilde, o mais bem mandado e mais obediente dos servos de Cristo.

Obedecer é o supremo mando. Só sabemos mandar nos outros, depois de ter aprendido a mandar em nós mesmos.

Compenetrado desta verdade, aceitei obedientemente o convite, feito a três dias de prazo, para usar da palavra aqui e esta noite.

Venho, pois, como pude, desajeitado e feio.

Lembrei-me daquelle genial criador de obras primas que quanto mais e por isso que, como ninguém, conhecia a Beleza, toda a vida sofreu amaramente do defeito que pancada de rapaz lhe causara no nariz.

Nem nós nos lembrariamos agora dos traços físicos de Miguel Angelo se ele não houvesse sido feio.

Quando se fala da figura das mulheres célebres é sempre para acentuar a sua beleza. Os homens, se se celebrizam neste aspecto, já se sabe que foram feios.

A inveja de Bramante, as indecisões de Júlio II martirizaram-o. Mas nada disso o acabrunhou. O drama pungente de Miguel Angelo foi o que ele considerava a sua irremediável fealdade, causa da timidez do seu enlêvo por Vitória Colona, esquecendo-se, ignorando que o nimbava o halo da genialidade.

Acompanhou-o até aos derradeiros instantes essa amargura. Está comovedoramente expressa na sua última obra — a *Deposição* — ante a qual, sempre que entro na catedral de Florença, vou ajoelhar.

Além das figuras dolorosas de Maria, Madalena e do Cristo morto, todo o quadro penetrado do mais transcendente amor, José de Arimathea — velho encapuchado que é o próprio Miguel Angelo —, inclina o olhar triste para elles, porque apesar dos trabalhos e da Cruz ele quiz ter, após tanta luta, o seu quinhão na comunhão divina. Foi a única vez que se aproximou do amor, e para isso velou o seu defeito.

Por esta noite, lancei sobre as minhas palavras o Capuz de Miguel Angelo, e vim ouvir as dos outros, tão autorizadas.

Já aqui foram bem aclamadas, com razão e com muito brilho, as Festas da Cidade de 1935.

Sobre o que elas contiveram de contraste entre as poucas forças do erário municipal e a sua opulência, devia talvez insistir-se.

Passo o esforço exaustivo, as responsabilidades, o desinteressado labor dos Senhores Vereadores.

Desconheço missão que seja mais ingrata e tarefa mais sacrificante. Enquanto o alcaide de Madrid é pago com lista de chefe de Estado e os conselheiros municipais de Paris percebem vinte mil francos, a título de representação, os procuradores do povo de Lisboa servem de graça. De graça e com prejuízo. Porque ou acumulam essas funções com a sua vida prática e o prejuízo vai para os nervos e para a saúde, ou abandonam interesses e o prejuízo é extensivo aos que deles precisam. Absorvente como poucas secretarias do Estado, o governo municipal de Lisboa constitui escola de abnegação e escala para demorado sanatório de repouso.

Juntar a este trabalho normal as cancelas de um ciclo de festas como aquelas que regalaram o nosso espírito este mês é viver a vida mais infernalmente inquieta que imaginar-se pode.

Só sei de obra igual na Renascença.

Uns pobres frades de Piza, reconhecendo que o povo andava triste, tomaram a peito distrai-lo. Organizaram espectáculos, para os quais, por sinal, Miguel Angelo escreveu uma comédia.

E numa árvore afixaram tabuleta que, em língua nossa, diria:

Os que veem a nós perdem o que teem
E ganham o que perdem

Assim se pudera ter falado aos representantes do trabalho ulissiponense que tão pronta e inteligentemente concordaram na sobretaxa com que concorrerão para as Festas da Cidade.

Salto todos estes aspectos, e vou-me a falar num colaborador indispensável das Festas — o Povo.

Justo é que para ele tenda tudo, porque tudo e todos veem dele.

Dele nos vem a força, a graça, a língua, o canto.

Quanta vez, ante qualquer hesitação no giro da língua, o escritor chega ao ouvido o búzio da memória para se louvar na boa fonte popular!

E' assim sempre, em todo o mundo.

O poema nacional finlandês prova bem o processo de criação da epopeia, e vale por quantas pesquisas e interpretações se têm feito sobre as epopeias indianas, homéricas, célticas, germanas, e sobre cuja génese os séculos guardaram segredo.

Um médico obscuro, Elia Lönnrot, através da sua clínica rural, teve a ideia de recolher e coleccionar os tesouros do lirismo popular. No fim do trabalho, juntou-os, releu-os e, ficou surpreso e des-

lumbrado: o que êle encontrara disperso, cantado aqui e além, era nem mais nem menos do que retalhos que tinham uma unidade étnica e literária, eram as inúmeras vozes anónimas da alma de um povo, eram as estrofes do poema épico nacional que esperava apenas por quem, com sentimento colectivo, as fundisse.

E estava criado o «Kalévala», o poema épico da Finlândia que cumpriu em Fevereiro o primeiro centenário, e que contém desde a graça rabelesiana, a fabulação ingénua, até as anciedades da independência e ao latejante presentir do destino colectivo.

O Dr. Lönnort atingiu, e justamente, a glória literária não pelo mérito singular de não haver escrito uma linha do poema nacional mas por ter sido o instintivo mandatário da raça.

Ora, se tornarmos processo experimental, o que sabemos casualidade na formação da epopeia finlandesa, nós teremos escrito pela segunda vez a história de Portugal.

Maleável este povo como nenhum outro, leva-se às escaladas do Buçaco e aos pantanos africanos, faz-se dele soldado, trovador, marinheiro, o que a época quizer.

Tão capaz de ser impetuoso como resignado, cera divina e ductil, anceia, séculos fora, por quem o enquadre e dirija.

Desde o Campo Grande a Belém, à torreira do sol, êle esperou o

tempo que foi preciso, cortejos e marchas, atinjindo a sua composição um segundo e admirável espectáculo de ordem, de disciplina que se automatizou.

Não havia nem haveria polícia que chegasse para conter as trezentas mil pessoas que, por êsse serpenteante trajecto, debruado quatro e cinco vezes, serenamente esperava... o quê? O inédito, a Beleza, a reconstituição do sonho histórico que o povo entrevê no sub-consciente da raça e na revelação do cancionero popular.

Só quem percorreu de lés a lés a Cidade, nessas horas, faz idéia de quão linda era assim, contornada por seres humanos que nem as delongas impacientavam.

Que isto é um falar, da boca para fora porque Lisboa, mesmo tirando os dias de guarda, conserva a magestade e tem feitiços abonde. Mal se ageita com as artérias de urbe que ao artifício pede luz. Ninguém a bate em pictoresco e pictórico.

Vista de escôrso, estendida de Enxobregas à Junqueira, com a amurada da muralha, terminada lá no alto pelo Castelo, é, tãda ela, velha nau varada no areal de Belém, a descansar das jornadas da Índia.

E' a cidade das perspectivas, em que cada trecho vale uma aguarela e cada recanto oferece nicho para o nosso enlêvo, com o Tejo a desafiarnos constantemente para o

mar largo, certo de que não há onda que não tenha cortejado tábuas portuguesas.

Lisboa da côr e dos pregões, eternamente linda se souberes encastelar-te na cêrca fernandina do teu carácter e rechassares a moirama do modernismo!

Lisboa das tardes luminosas, de tal doçura, tão espiritualmente evocativas que a alma beija-te, como se beija a Pátria, de olhos na Bandeira, e os lábios entram a murmurar: Linda, linda Lisboa!...

JOAQUIM LEITÃO.

O Palácio do Páteo do Saldanha

Alguns documentos para a sua história

(Continuação do n.º 16)

VIII

IX

Copia

1816

Lisboa

Real Fisco da Inconfidencia

ESCRIVÃO

Jose Narcizo de Souza e Silva

Casa da Ega

Autos do Real Avizo para se fazer a
deligencia no mesmo declarada.

Anno do Nascimento de N. Sr. Jesus Christo de 1816 annos aos 3 dias do mez d'Agosto do d.º anno nesta cidade de Lisboa, e casa de morada do Dez.ºr Jose Ant.º da Silva Pedroza, Juiz dos Feitos do Fisco, e Camara Real por Inconfidencia, por elle me foi entregue o Real Avizo, e seu cumpra-se que tudo ao diante se segue. — Jose Narcizo de Souza e Silva, o escrevi.

(a) *Gregorio Gomes da Silva*

El Rey N. Sr. Ordena que V. Mcê. informe por esta Secret.^a d'Estado, declarando por quanto andou arrendado o Palacio do Pateo do Saldanha, que foi do Ex-Conde da Ega, antes da partida de S. Mag^e para os seus Estados d'America, e se estava arrendado todo ou parte e quanto valeria de renda o que ficou por arrendar, no cazo de assim ter acontecido. Ds. G.^e a V. Mcê. Palacio do Governo em 31 de Julho de 1816. D. Miguel Pereira Forjaz — Sr. Dez.ºr Jose Antonio da Silva Pedroza.

*

A. Se avize Henrique Luiz Pereira para fazer a este respeito as declaraçoens necessarias. Lx.^a 3 de Agosto de 1816. Dez.ºr Pedroza.

*

Notifiquei a Henrique Luis Pereira por carta que lhe escrevi na forma do Real Avizo, e cumpra-se

nelle posto do que dou fé. Lx^a. 3 d'Agosto de 1816. Souza e Silva. — Segue-se ao diante o termo de declaração. José Narcizo de Souza e Silva o escrevi.

X

Copia

Termo de declaração

Aos cinco dias do mez d'Agosto de 1816 annos, nesta cidade de Lisboa, e cazas de morada do Dez.^{or} Jose Antonio da Silva Pedroza, Juiz dos Feitos do Fisco, e Camara Real por Inconfidencia donde eu Escrivão vim e donde tambem se achava Henrique Luis Pereira por ordem delle Ministro foi avizado por mim Escrivão para ali comparecer, a fim de declarar debaixo de juramento dos Santos Evangelhos o que sabia sobre o arrendamento do Palacio do Pateo do Saldanha ao tempo da partida de S. Mag.^o para o Reino do Brasil na conformid.^e que se exige no Aviso retro, e prestado o dito juramento declarou que quando Ayres de Saldanha foi nomeado Embaixador para Espanha deixou nesta cidade a seu Irmão Joaquim de Saldanha com procuração bastante para a Administração de sua caza em quanto não partisse para o Governo de Pernambuco, para que já estava nomeado e por isso ficou o d^o. Joaquim de Saldanha, e o resto da Familia occupando o Palacio, e suas Officinas á excepção da Cava-

lharice, Palheiro, duas Cocheiras, e Armazens que occupava a Administração do Assento por arrendamento que se lhe tinha feito, e de que elle declarante não conserva exacta lembrança e se poderá melhor averiguar pela Administração do mesmo Assento.

Declarou mais que passado algum tempo arrendou o d^o. Joaquim de Saldanha, a parte nobre do Palacio a Jose Ignacio Acchiolly, natural da Bahia, e sua familia por hum conto e seis centos mil réis cada anno, comprehendendo este arrendamento a entrada do Palacio, as cazas da Frente do Pateo á excepção da Livraria, as sallas que lançavão sobre o Jardim até á Salla de Muzica incluzivamente, os quartos de hum corredor interior, cozinha e copa, e os dois Jardins e o Quarto baixo que tambem tinha janellas sobre o Jardim, e todas estas cazas se arrendarão com os moveis, que as ornavão, ficando no resto do Palacio assistindo a familia do d^o. Ayres de Saldanha á excepção do d^o. seu irmão Joaq.^m de Saldanha, que se mudou para as cazas fronteiras á Cordoaria da Junqueira; e na mesma reserva se comprehendêo tambem as cazas do Giestal, e todos os Quartos que se seguião á Salla Grande da Muzica até ao Picadeiro, bem como a caza dos Arreios, e outra da ferramenta; e não pode elle declarante dizer qt^o. valeria de renda a parte do Palacio que ficou por arrendar,

nem os outros Quartos do Pateo que occupavão os criados, porq. nunca andarão arrendados, e deste modo houve elle d^o. Ministro por concluida a prez.^e declaração, q. assinou o declarante com o sobred^o. Ministro, e eu Jose Narcizo de Souza e Silva, escrivão do d^o. Juizo o escrevi. — Dez.^{or} Pedroza — Henrique Luis Pereira — Gregorio Gomes da Silva.

XI

Com o Off.^o 1730

Copia.

Senhor: Mandando V. A. R. por Aviso de 14 de Novembro do anno proximo passado, expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, que ouvindo o immediato successor do Morgado que administrou o Ex-Conde da Ega, informasse sobre a maneira de poder ser indemnizado o Morgado quando V. A. R. Haja por bem de dispôr a fayor de diversa pessoa do Palacio do Pateo do Saldanha com todas as suas pertenças, incluza a Barraca do Giestal, tudo do referido Morgado declarando a totalidade da importancia dos Bens mencionados: e não podendo eu dezempenhar esta diligencia pelas razoes, que tive a honra de levar á Real Presença de V. A. no officio datado de 14 de Dezembro do mesmo anno, Foi V. A. R. Servido por Aviso da mesma

Secretaria na data de 30 de Janeiro do corrente anno, remetendo-me o officio do Coronel Duarte Jose Fava de 12 do mesmo mez com os documentos juntos, pelos quaes se mostra o estado em que se acha o sobredito Palacio antes das Obras, que nelle se fizerão por conta da Real Fazenda, ordenar-me que prosiga na execução da diligencia, que me fora commettida pelo primeiro Aviso, fazendo citar por Edictos o immediato successor d'aquelle Morgado, e não comparecendo, nomear-lhe curador para se proceder á referida diligencia.

Fiz citar por Edictos de sessenta dias, para não parecer illuzão hum tal citação, ao immediato Successor, que constava estar em França, e lançado competentemente, nomeei-lhe por curador ao Advogado Jose Joaquim de Carvalho e Oliveira, Advogado de todo o conceito, como consta dos Autos juntos de fl. 2 ate fl. 6. Continuando-se-lhe os Autos, requereo a fl. 7v^o. que se procedesse á avaliação dos predios do vinculo, que se propunhão subrogar, para o que se louvava nos mesmos Louvados, que eu houvesse de nomear, e que responderia depois á vista da avaliação e da Ordem Regia, que supunha haver para esta diligencia, com que entendia se devia instruir o processo.

A isto deferi a fl. 8 que respondesse positivamente sobre o modo ou maneira de ser indemnizado o

vinculo, cazo V. A. R. Haja por bem de dispôr das propriedades referidas a favor de outra pessoa, declarando-lhe que assim o mandava V. A. R. pelos citados Avizos, que não deverião autuar-se por serem de informes, e importarem segredo.

E Então respondeu a fl. 8 vº. que se deve subrogar para o vinculo hum rendimento effectivamente exigivel, que exceda alguma couza o rendimento das propriedades, e que nada parece mais simples do que subrogar-se para o vinculo hum Padrão de Juro Real de cinco por cento, excedendo pelo menos uma decima parte do valor dos Bens, de que se trata, para ter assim o vinculo hum maior rendimento: e conclue protestando pela exactidão das avaliações, e pelos direitos do auzente.

Quando estava para concluir a diligencia, e informar a V. A. R., apresentou-se-me o Requerimento de fl. 10 em nome de Joaquim de Saldanha e Albuquerque a pedir vista para responder pela noticia que tivera do Edital. Concedi-lha promptamente e ainda que depois de ser lançada a fl. 5 porque neste cazo não ha verdadeira revelia, e pede a equidade que o auzente quando comparece por si ou por seu procurador, seja ouvido.

Juntou-se a procuração de fl. 11 ao Dr. Jose Antonio de Barboza e Araujo, o qual continuando-se-lhe os autos de fl. 12, requereu a fl. 12 vº., que se juntasse o Requeri-

mento ou Ordem por que eu procedera a fl. 2, ennuuciada a fl. 8 que se deprecasse huma copia da Instituição, ou se juntasse, havendo-a neste Juizo, e nesse cazo se lhe concedessem oito dias para responder conforme a informação de seu constituinte.

Desprezei todos estes Requerimentos no despacho de fl. 12 vº. dando a razão porque os desprezava, e mandei que respondesse em tres dias, pena de revelia.

A fl. 13 vº. offerece a resposta, assignada por seu constituinte Joaquim de Saldanha e Albuquerque.

Neste papel principia Joaquim de Saldanha por increpar a citação por Edictos, sendo constante até na Secretaria de Estado respectiva, que elle estava em França demorado por huma grave molestia, e por isso se deverão empregar outros meios para o chamar. França é maior do que o respondente pensa, pelo que estar em França ou estar em Lugar incerto, he o mesmo para se proceder contra qualquer auzente por Edictos.

Continua que soubera d'aquelles Edictos a 23 de Março, e que no caso de se ter procedido á revelia, se allegassem os obstaculos, que havia para elle ter noticia dos procedimentos.

Que he contra a sua honra reconhecer por validade a Sentença proferida contra seu Irmão Ayres de Saldanha, e seus filhos, sendo de esperar que V. A. R. que ainda se não dignou confirmá-la, haja hum

dia de conceder os meios juridicos de se mostrar a sua nulidade. Que como membro de huma familia abandonada, e para conservar os Bens a quem de direito pertencem, allegará o seu procurador os argumentos seguintes:

Que o Edital passado em meu nome, não designando outra qualidade ou comm.^{ção}, he hum erro ou defeito, que deve anullar todo o procedimento: eu lhe perdôo a acuação por ignorar o que diz. Proceder-se á avaliação de huma porção do vinculo, para este ser indemnizado no cazo de V. A. R. Haver por bem dispôr desta porção a favor de outra pessoa, como se explica o Edital, repugna á dignidade do Juizo por prevenir e anticipar a vontade do Soberano em objecto de consideração maior, e até he attentatorio á Real Authoridade, porque se o Soberano o decretou, o Juizo o devia declarar, e se o não declarou, não devia annunciar huma possibilidade.

Isto não se entende o que quizer dizer; torno a repetir que perdôe a accusação por não saber o que diz.

Ultimamente, e he a melhor parte da resposta ou informação, que se V. A. R. ordenar a alienação do Palacio da Junqueira, chamado do Pateo do Saldanha, qualquer que seja a qualidade em que seja ouvido em nome d'aquella familia desgraçada, nada mais fará o seu procurador de que obedecer por todos os que della existem; mas de modo

algun se prestará em convir em avaliações nem indemnizações de qualquer natureza que sejam, na justa certeza de que só interesses subalternos promoverão semelhantes procedimentos, e que não he possivel que V. A. R. queira fazer passar a mãos e administração estranha aquella caza e solar, onde nascerão e morrerão illustres e dignos heroes de huma familia coberta dos mais relevantes serviços, caza d'onde sahirão armados no dia 1.º de Dezembro de 1640 oito Saldanhas para sacodirem o jugo de Hespanha, e pôrem a corôa na cabeça do Senhor Rey Dom João o 4.º.

Declara-se no termo mandado lavrar pelo Coronel, hoje Brigadeiro Duarte Jose Fava, que o Palacio do Pateo do Saldanha, antes de bemeifeitorizado para a acomodação do Quartel General, se achava n'huma total ruina, e quazi inhabitavel, cuja ruina os Mestres descreverão, e individuarão; mas não se sabe, nem eu posso averiguar, se esta ruina proveio do tempo e comissão do Senhorio, se do Serviço Militar em que o Palacio foi empregado antes de reedificado, em cujo ultimo cazo o Morgado deve ser indemnizado da ruina, que se lhe cauzou.

Declara-se que toda a obra da reedificação redonda em beneficio e melhoramento do predio, sem que haja obra alguma que se possa reputar superflua, e que merecia de renda naquelle deploravel estado 480\$ rs. por anno, a fora as terras,

que andavão separadamente arrendadas a Apolinario Nunes de Figueiredo por 240\$ rs. por anno.

Mostra-se da relação junta importar a obra das bemfeitorias em 44:205\$804 rs., e o ornato e mobilia do Palacio em 11:220\$566 rs. E porque o referido Inspector me disse em Officio de 26 de Abril proximo passado, que na mencionada avaliação e bemfeitorias não fora contemplada a Barraca do Giestal, a mandei avaliar pelos Mestres da cidade, os quaes declararão na certidão junta valor a renda 240\$ rs. e do capital 3:000\$000 rs.

Estando pelo orçamento de 400\$ rs. de renda do Palacio, dado pelos Mestres perante o Inspector das Obras Publicas, vem a ser o valor capital do Palacio 9:600\$ rs., e sendo a renda da terra que pagava Apolinario Nunes de Figueiredo 240\$ rs. he o seu capital a quantia de 4:800\$ rs. he o valor da Barraca do Giestal, 3:000\$ rs. cujas tres parcelas importão em 17:400\$ rs. e parece ser este o capital valor dos referidos Bens do Vinculo, o qual junto aos 44:205\$804 rs. das bemfeitorias, e aos 11:220\$566 rs. do ornato e mobilia do Palacio, faz a somma total de 72:826\$370 rs.

No cazo de V. A. R. dispensando na Ord. do Livº. 4º Titº II, que prohibe as vendas contra vontade dos donos, salvo exigindo-o a necessidade ou utilidade publica, se dignar dispôr a favor de outra pessoa das referidas propriedades, só se deve

compensar o Morgado do que he verdadeiramente vinculado, e parece justo se compense com algum Padrão de juro com a 3.ª parte mais do valor pela venda involuntaria, como se costuma praticar em semelhantes cazos por argumento deduzido da Ley de 9 de Julho de 1773, § 4º., posto que a maior parte esteja derogada pelo Decreto de 17 de Julho de 1778.

Ao tempo em que estava a concluir esta informação, recebi hontem o Avizo de V. A. R. na data de 8 do dorrente, para fazer subir a deligencia á Real Presença de V/A., o que me obriga a ponderar que se houve alguma demora, foi motivada pelo procurador do auzente immediato Successor, e pelos Mestres da Cidade na avaliação da Barraca do Giestal, que por muito occupados, e por serem os melhores, a não poderão dar mais breve: tudo consta dos autos, que sobem á Real Presença de V. A.

Mandarã V. A. R. sobre tudo o que fôr servido. Lisboa 11 de Julho de 1816 — O Dezor. Joaquim Antonio de Araujo.

a) *Gregorio Comes da Silva.*

XII

N.º 14 — *Copia*

Illmº e Exmº Snr. Com as certidões incluzas extrahidas dos Livros, que formão a Escriuração

do Arsenal Real das Obras Militares, satisfação ao que se me determina em Aviso de 22 de Dezembro do anno proximo passado, pondo na presença de V. Exa. o Termo lavrado aos 9 de Novembro de 1813, no qual se menciona o estado de ruina em que se achava o Palacio do Pateo do Saldanha, antes das obras nelle executadas, se declara que as bemfeitorias a que se procedia, todas redundavam em melhoramentos do Pradio, e se avalia a renda que o mesmo Pradio então merecia em 480\$ rs. não entrando neste calculo as terras, que separadamente estavam arrendadas a Apolinario Nunes de Figueiredo por 240\$ rs.

Da conta da despesa feita pelo Arsenal Real das Obras Militares, se conhece, que, desde Abril de 1813, até ao fim de Setembro de

1814, se bemfeitorizou o Palacio do Pateo do Saldanha com a quantia de 44:205\$804 rs. despendidos com obras de Alvenaria, Carpintaria, e Pintura, todas ellas para melhoramento do Edificio, e seus pertences, cumprindo-me referir, que na sobredita quantia não he comprehendida a de 11:220\$566 rs., que se despendeu com as Alfaias, e Mobilia, com que o Edificio foi ornado para serviço do Quartel General em Chefe. Deos Guarde a V. Exa. Arsenal Real das Obras Militares, 12 de Janeiro de 1816. Illmº e Exmº Sr. D. Miguel Pereira Forjaz. — Duarte Jose Fava.

a) *Gregorio Gomes da Silva*

(A continuar)

ARTUR DA MOTTA ALVES.

Azas em terra

Pronunciado na inauguração da Exposição Bibliográfica comemorativa do Centenário de Júlio César Machado, no Museu Rafael Bordalo Pinheiro, em 3 de Outubro de 1935.

Júlio César Machado e Rafael Bordalo Pinheiro foram da mesma geração e do mesmo meio.

Os seus talentos trabalharam em colaboração; os seus corações viveram fraternalmente as mesmas ansiedades.

Bordalo cuja estatura razou pela abóbada do génio, a despeito da vida ametódica da sua época, legou-nos património artístico que atesta fecundo talento polimorfo.

Foi aquarelista, e as duas aquarelas — há pouco encorporadas neste Museu — e que figuram Augusto Rosa na *Madame Angot*, com processo que as aproximam da maneira dos artistas de hoje, afirmam as suas possibilidades para a arte pura.

Foi ilustrador, foi caricaturista, foi decorador, foi faiancista e, embora não venha agora estudá-lo, de passagem seja dito que a sua cerâmica participou das faculdades de decorador e se ressentiu da definitiva adopção do lapis humorístico.

Que a sua genealidade e elegância excedia e ansiava por se desprender do caricaturista, proclama-o a Jarra Beethoven, hoje no Palácio Presidencial do Rio de Janeiro, a Jarra Manuelina, afortunadamente no seu Museu, e acima de tudo as Capelas do Bussaco.

A esses quadros da vida de Jesus deu o melhor do seu afecto de artista, e eu sei, eu vi a tremura de enlêvo com que ele levantava as linhagens que cobriam os barros, para no-los mostrar.

Essas Capelas do Bussaco chegaram a ter talvez mais visitantes do que a própria mata secular. Muitos iam por curiosidade artística, alguns até levados pela Fé.

Fialho sentiu tal impressão que, ao depois do julgamento entusiástico, receou haver quebrado a independência de julgador, e acusou a luz mortíça que o alumiará nessa noite das Caldas, para explicar comoção tão desmedida.

Uma senhora visitou-os quasi de joelhos, como passos de via sacra, e deslumbrada, só pôs este reparo, diante do grupo de Jesus no Horto:

— Ó sr. Bordalo! a oliveira é que não está muito parecida...

— Pois, minha senhora! tenho muita pena, mas não fui eu que a modelei. Foi Deus Nosso Senhor. A oliveira está aí, tal qual veio da mata.

E Bordalo, ao contar-me este episódio, ria com aquelas gargalhadas estridentes que abafavam o remoinho de amargura que há sempre no fundo de todo o humorista.

Este homem, mal pago como o eram e são os artistas em Portugal e que, já com melancolia, me dizia às vezes, ao queixar-se: — «Ou bem que sou glória nacional ou não!», foi acusado de indolência.

Estou certo de que, se a produção mental e artística pudesse ser automatizada como qualquer profissão manual, Rafael Bordalo haveria produzido duas vezes mais.

Só esses trabalhos, encomendados ou pedidos, que ele prometia e nunca chegava a fazer, davam um movimentado livro de anedoctas, como a do leque que ficou de pintar para um amigo oferecer à noiva.

Rafael prometeu, adiou, adiou até que passou o noivado, celebrou-se o casamento, e o leque por pintar.

O amigo desinteressou-se, mas a mulher passou a vida a reclamar:

— «Ó sr. Bordalo! ao menos dê-me o leque! É uma recordação da mocidade...»

— «Sim, minha senhora. Mas agora ao fim de tanto tempo seria uma vergonha não ir pintado. Qualquer dia mando-lho».

Por fim era já um filho, homem, quem reclamava de Bordalo o leque que ele havia de pintar para o noivado da mãe.

Rafael Bordalo talvez soubesse onde parava o leque, a destinatária e o filho é que nunca o viram.

Não veio de ser gratuito este trabalho o tê-lo esquecido. Rafael fazia o mesmo com inúmeras encomendas, e, quando as não punha de parte, demorava-as tempos sem fim.

A pesar de tudo, quanto esforço, quanta tenacidade, quanto trabalho produzido, quanto talento atirado às mãos-cheias!

Houve, poucos anos antes de se lhe extinguir a luz, certa abulia criadora neste artista. Mas ainda assim, ao regressar do Brasil, a *Paródia* iniciou intensa fase de trabalho, a derradeira, e talvez das mais brilhantes, porque é nessas páginas que ele deixa os símbolos geniais: da Política, a grande Porca, da Finança, o grande Cão.

O festejamento que o Brasil lhe fez, o êxito real da sua exposição restituíram-o à vida activa e ao convívio.

Dessa época datam os jantares no *Bragança* e as tertúlias noturnas do *Tavares* com Ciriaco de Cardoso, Sousa Pinto, Manuel Gustavo, João Chagas, Augusto Pina, Alfredo de Mesquita, Manuel Penteado, Ma-

lheiro Dias, Júlio Dantas, o que restava da geração dele e o que da minha geração já palpitava.

Uma noite, Rafael Bordalo disse-me com incontida mágoa e com a autoridade de quem, no fim da vida, sabia muito bem a inanidade e a inconsistência da glória:

— «Em Portugal nunca se está feito. É preciso recomeçar todos os dias!...»

Júlio César Machado, deve ter-lhe ouvido o preceito, porque o seguiu à risca durante quarenta anos. Folhetins, peças de teatro originais e traduções, livros de viagens, livros de contos, narrativas, tudo esse miniaturista da literatura arrancou do cérebro, ininterruptamente, com prodigiosa fecundidade.

Um dia parou.

E a amarga observação de Rafael cumpriu-se: Júlio César Machado esqueceu.

Para os portugueses de hoje, Júlio César Machado não passa de um desconhecido, salvante os lisboetas que ao ouvir esse nome se recordarão quando muito da tabuleta de uma nesga de rua que corta enviesada da Avenida da Liberdade para o Salitre.

Morreram aquêles a quem ele fez rir e sorrir com os seus folhetins e as suas comédias. Os que vieram depois sorriem de desdém, que não do são bom humor dos avós.

Merece bem que, por minutos, os automóveis se detenham e principalmente os aviões parem os mo-

tores, em homenagem ao gentilíssimo espírito que pairou como eles no azul da bondade e da graça.

Como o gaivão de imensas asas, que voa em círculos cada vez mais largos, mais amplos, mais distantes e se perde na imensidade, afastando-se em lonjura altaneira, a vida de Júlio César Machado desde os dezassete anos, em que começou a escrever profissionalmente, até pousar, aos cinquenta e cinco, a cabeça e a pena no regaço da morte, foi um vôo nos espaços, vôo cada vez mais largo e mais alto.

Cedo lhe cresceram as asas, e como as do andorinhão, deitaram maior tamanho do que as pernas; por isso se deleitava em voar e nunca se afez a andar cá por baixo.

Pequenito ainda, ia por uma livraria da Rua do Ouro, sorver avidamente quanto livro encontrava.

Uma vez, certo frequentador da livraria, perguntou-lhe:

— «Então também gosta destas coisas?»

Era o velho Lopes de Mendonça tio, o rei dos folhetinistas.

Nessa época Júlio César Machado, ainda com o pai vivo, tencionava formar-se em medicina. E o pai era o primeiro a tentar desviá-lo das letras. Tanto que um dia chegou a casa e interpelou-o:

— Que queres dizer isto do porteiro me dar os parabéns pela peça do meu menino?...

Morto o pai, os dezassete anos de Júlio César Machado não encon-

traram outra profissão senão a das letras. A vocação juntou-se com a necessidade.

E Camilo Castelo Branco contou este prodígio: fôra procurado pelo pequeno que lhe ia pedir a publicação de um romance na *Semana*; aceitou-lhe os dois primeiros capítulos, convencido de que o terceiro e os imediatos, tarde ou nunca apareceriam. Publicados os dois primeiros, Júlio César Machado apareceu. «Então traz outro capítulo»? «Não, senhor, mas vou escrevê-lo já aqui». Sentou-se e por entre animada palestra sobre literaturas estrangeiras, sobre teatro, sobre arte, escreveu o terceiro capítulo, com facilidade e presteza balsaquiana.

Êsse assombro, confessado pelo assombroso Camilo, ligou para toda a vida êsses dois homens, com a elevada ternura que êle confirma assim nas *Memórias do Carcere*:

«Voltou o estimado escritor (J. C. Machado) no dia seguinte, e tirou da algibeira algumas libras que um editor portuense lhe dera por um romance.

— «Tira daí o que quizeres — exclamou êle—a mim pouco me basta».

«Convenci a boa alma do môço que me sobrava dinheiro, e sobejo desprêso para o que não tinha. Isto parece episódio indispensável nestas *Memórias*; mas êsse nada revela o muito oiro daquêle coração de Júlio. Quem lhe escrever a biografia há-de restringir os gabos a poucos dizeres, e assingelar as palavras de

modo que tudo funda nisto: branduras de coração feminil; infância de affectos; amor a tudo, porque em tudo vê uma face amável; *talento de bem dizer e de bem fazer*; excelências antigas em novos feitos; as graças mitológicas nas virtudes cristãs».

A mesma admiração tinha por Júlio César Machado o mestre dos folhetinistas portugueses, Lopes de Mendonça tio.

Quando se desviou da colaboração na *Revolução de Setembro*, a pessoa que indicou a José Estevão para lhe suceder no folhetim foi Júlio César Machado.

Os folhetins do Machadinho, como lhe chamou sempre Camilo, faziam exgotar o jornal, o que lhe valeu ser convidado por mais dois jornais de Lisboa, para folhetinista.

Na sua extensa bibliografia — vinte e tantos volumes de romances, contos, viagens, narrativas, crónicas humorísticas, biografias. obra original de teatrólogo e versões —, não há páginas acerbadas.

Foi um pastelista, um miniaturista de figuras e assuntos amáveis.

Como o gaivão, nem a idade nem os contactos da vida tiveram força para o fazer poisar na terra. Não está averiguado se o gaivão alcandora nas cumiadas ou se, graças a câmaras de ar especiais, paira no ar ou mesmo na estratosfera, e dorme no espaço.

O que se sabe é que se má visibilidade ou acidente o faz aterrar,

o andorinhão com as suas asas enormes e as curtíssimas pernas, nunca mais pode levantar voo e morre.

Júlio César Machado viveu, em círculos cada dia mais largos, mais distantes e mais altos, sobre plenos campos, sobre as nossas paisagens e ribeiras ou sobre as cidades e campos estranhos, numa alegria descuidosa, numa boémia alada de espirito, em plena bucólica e cristã doçura com os homens e a natureza.

Até que um dia... a morte, o suicídio do filho único. E o gaivão deixou de pairar.

Acabara o azul para êle. A terra era negra.

Dois meses depois de desaparecido o filho, Júlio César Machado e a mulher ajoelharam diante do

retrato do morto e com uma navalha de barba golpearam os pulsos.

A pobre mãe, aleijada de um braço, inutilizada, salvou-se para chorar os dois, à sombra bemfazeja da Rainha Maria Pia que a recolheu.

Júlio César Machado, com o sangue em borbotões pelas artérias, expirou a proferir estas palavras:

— «Que bom é morrer!».

Ramalho Ortigão comentou a tragédia com as palavras de Pascal: «O coração tem razões que a razão não conhece».

Melhor e mais certo, mais sintético, será comenta-la assim: asas em terra, o gaivão morreu.

Outubro de 1935.

JOAQUIM LEITÃO.

Alfama de ontem & Alfama de hoje

Aspectos históricos e etnográficos

Conferência ao ar livre realizada no Largo de S. Miguel, em Alfama, no dia 25 de Outubro de 1935.

I

Ao estudar etnograficamente um agregado humano, devemos de comêço determinar-lhe o território de fixação.

Ocupa-nos *Alfama*. Estamos dentro-de Alfama. Antes-do panorama humano, observemos o panorama topográfico, dependentes um do outro, é certo, mas condicionante o segundo sobre o primeiro.

Bairro de Lisboa, bem caracterizado, Alfama provém de passado remoto com história própria, e apresenta hoje aspectos etnográficos de feição definida.

Se reparamos na carta topográfica de Lisboa, logo verificaremos que Alfama representa desde o princípio a descida do «Castelo» para o Tejo, pela vertente virada ao Sul, ou seja no caminho natural do primitivo ópido para o rio. Esta observação indica-nos a primeira lei

etnográfica, para se formar populacionalmente o que chamaram *Alfama*.

Lisboa sai das muralhas de defesa do cabeça castrejo. Sobranceiro ao rio, por cuja proximidade a póvoa se fixou ali e ali se defendeu, ia por necessidade vital imperiosa estabelecer-se a ligação entre a póvoa e o rio. A atracção do rio produziu Alfama, que assim é o resultado de duas forças: a expansão da cidade, apertada entre as muralhas primitivas, à-medida-que a população cresce, e a atracção do rio, provocada pela actividade mercantil e marinheira.

Não nos interessa agora penetrar nas trevas da fundação. Quem deu origem ao povoado, alcançando-o no morro defensável, tão perto-das águas sossegadas do Tejo, fôsse quem fôsse, obedeceu a leis humanas de sempre. O melhor, onde melhor e consoante ao melhor.

Que exemplos de comparação podíamos evocar neste momento, sem sair de Portugal, para justificarmos a escolha do lugar de tal povoado!

O mais são lendas, nomes que passam na atenção sequiosa dos perscrutadores do passado, espécie de adivinhos das águas ocultas.

Um dia, a povoação alcandorada começou a sair. Veio descendo por aqui, para o rio. Conhecemos que assim era para os Romanos. Grande parte, pode supôr-se que a maior parte das inscrições latinas, os maiores edificios públicos de Olisipo pertencem a esta zona compreendida hoje na designação de Alfama, e dela depois saíram para o Poente, através-das linhas de defesa. Daqui eram garantidas a segurança dos colonos e a colonização dos arrabaldes.

Os Visigodos ocuparam o que os Romanos fizeram. Êste bairro virado ao rio, fora-das muralhas principais e, com os requintes de civilização que os Romanos lhe imprimiram, constituiu o centro de fixação demográfica, e os conquistadores tiveram de reforçar as defesas militares, estendendo-as até ao rio, de-forma-que o aglomerado ficasse protegido. Assim, a cidade militar com o seu arrabalde, militarmente anexado, formou um todo em duas partes distintas: a cidadela, no alto, que era a velha povoação castreja; e o que chamamos ainda hoje Alfama, na vertente meridional do morro em que se ergue a cidadela.

A cerca de muralhas deu a volta desde a ponta de Sudeste da cidadela, a-caminho-da praia, até ligar de-novo ao muro da cidadela, não muito longe e a Poente do ponto de partida.

Vêm os Mouros desalojar os Godos. E que é Alfama, a *Alfama* a que deixaram o nome?

«A Alfama fôra no tempo do dominio sarraceno o arrabalde da Lisboa gothica, — escreveu Herculano em *O Monge de Cister* — fôra o bairro casquilho, aristocratico, alindado, culto, quando a Medina-Aschbouna poisava, enroscada tristemente no seu ninho de pedra, no que depois se chamou «a Alcáçova», e hoje o «Castello».»

Completaram, restauraram e reforçaram os Mouros a cerca da cidade. E as obras militares de defesa formaram quatro grupos, no entender do Sr. Coronel Vieira da Silva, e conforme se verifica nos restos existentes, bem como nas notícias transmitidas; a saber: o «Castelejo», propriamente o «Castelo de Lisboa», no canto de NO. das fortificações do cabeço; a *Alcáçova* ou cidadela, dentro das muralhas do alto, e entre elas e o «Castelejo»; a *cerca exterior*, ora tomada por cerca dos Godos, ora por cerca de Mouros; e *obras destacadas*.

Interessa-nos o aspecto histórico do assunto, para disciplinar a atenção sobre Alfama.

Das interpretações da palavra «alfama», derivada da língua ará-

bica, viria qualquer delas com significado de character etnográfico: «asil» ou «refúgio», segundo uma versão, correspondia o bairro à defesa de quem se acolhesse a elle; generalização de *aljama*, que ficava próximo-da mesquita maior da povoação e era «o paço do Conselho do sistema político-religioso dos Sarracenos», na opinião de Mendes Leal; «no centro da cidade há nascentes de água quente», descreveu Edrisi, que o Sr. Dr. David Lopes citou, a fazer derivar «Alfama» de «Alhama», que significa «fonte termal», e donde, segundo a regra, passou o h para f no português.

Em qualquer das interpretações, à parte o valor delas, encontraremos um aspecto folclórico: reflexo militar na primeira (*asil*), político e religioso na segunda (*paço do Conselho*), económico e singular na última (*nascente de água quente*); esta, porém, é a verdadeira lição.

No interior das fortificações estavam as duas mesquitas; uma onde é Santa-Cruz do Castelo, na alcáçova; outra onde é a Sé, a mesquita-maior, na cerca exterior, em Alfama.

Temos delimitada Alfama. Os Mouros perderam Lisboa. Alfama ficou; chegou até nós no seu nome e no seu campo, dentro-do que depois os nossos chamaram a «cerca velha». A «cerca velha — explica Fernão Lopes — é desde a porta do Ferro até à porta d'Alfama, e desde o chafariz d'El-Rei até à porta de Martim Moniz».

Da *epistola crucesignati anglici* dos «*Portugaliæ Monumenta Historica*», no século xii, e desde aí até aos cronistas de Lisboa, como Fr. Nicolau de Oliveira, ao século xvi, e com D. Nicolau de Santa Maria, Luiz Marinho de Azevedo, Carvalho da Costa, aos séculos xvii e xviii, a cidade antiga compreendia o Castelo e o que dele descia pelas *Portas-do-Sol* até ao *Chafariz de El-Rei*, corria pela praia, e, ao chegar às torres e postigo defronte-da igreja da Misericórdia, dobrava para Nordeste às *Portas-do-Ferro* e ia de-regresso ao Castelo.

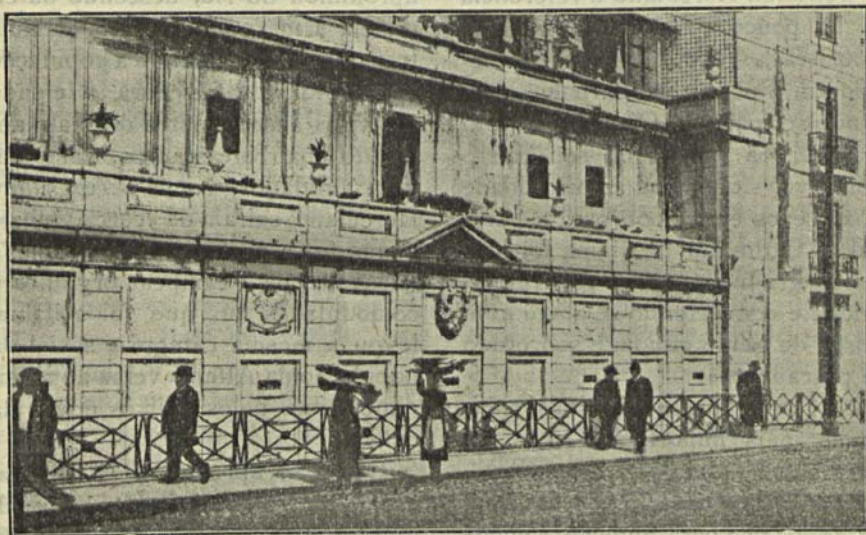
Queremos ouvir um historiógrafo de Lisboa, mais perto-de nós? Têmo-lo em Freire de Oliveira. Descreve a «cerca moura». Ouçamo-lo.

«Nascia de junto da porta da Alcáçova, que ficava nos muros desta, e para a parte interna do recinto defendido pela referida cerca; descia por S. Christim à Pedreira da Sé, e d'ahi em linha quebrada à rua das Canastras, até aos terrenos marginaes do Tejo, aproximadamente defronte do sitio em que hoje está a porta-trazeira da egreja da Conceição Velha, na rua dos Bacalhoeiros, perto d'onde foi o edificio da Misericórdia; corria em dois lanços ao longo dos ditos terrenos, a procurar o ponto onde, pouco mais ou menos, se encontra o chafariz d'el-Rei; e, prolongando-se para o norte, chegava em frente do local em que se erigiu a fachada

da já demolida igreja parochial de S. Pedro d'Alfama, ao começo da rua da Adiça; subia pela encosta em que hoje assenta essa rua, ao lugar onde se edificou a igreja de S. Braz da Ordem Militar de Malta, igreja vulgarmente chamada de Santa Luzia e, estendendo-se até ao actual pateo de D. Fradique, ia

elogio de Fernão Lopes, no «Prólogo» da *Crónica de D. Fernando*.

Ao transpor as portas da «cêrca velha», caminhou Lisboa para Ocidente, desceu aos aterros da Baixa, subiu aos montes da Pedreira do Almirante ou do Carmo e de S. Francisco; depois tornou-se necessário que D. Fernando rodeasse de mu-



Chafariz de El-Rei

nessa altura fechar com os muros da Alcaçova, e com elles se incorporava pela parte de fora de outra porta que nelles houve, e que deitava para o chão da Feira».

Todos êstes nomes próprios, locais, de Alfama os vamos encontrar em serventias de hoje.

«Lisboa é grande cidade, de muitas e desvairadas gentes», sôa-nos quasi como exclamação triunfal o

ralhas tôda essa área de Lisboa, fugida à «cêrca velha»; e de 1373 a 1375, que o tempo urgia, ficou erguida a «cêrca nova» ou «cêrca fernandina».

A população subira de doze ou quinze mil habitantes, do tempo da conquista cristã, a-caminho-dos cinquenta mil do fim do século xv. Era a «grande cidade de muitas e desvairadas gentes».

Na cidade acrescida, *Alfama* continuava a ser, com o Castelo no alto do seu terreno, o bairro histórico. As suas muralhas lá quedavam a separá-la. As portas da «cêrca velha» mantinham a serventia militar, especialmente as sôbre a Ribeira, e a comodidade pacífica da população.

Continua Herculano a referência de há pouco a Alfama — a Alfama mourisca. «Quando, porém, no século XIII a população christã, alargando-se para o Occidente, veio expulsar os Judeus do seu bairro primitivo, situado na actual Cidade baixa, e os encantou para a parte Sul da Cathedral, a Alfama foi perdendo gradualmente a sua importância, e convertendo-se afinal num bairro de gente miuda, e sobretudo de pescadores».

Na zona entre as muralhas, cujas saídas mais importantes eram as *Portas-de-D. Fradique* para o Norte, *Portas-do-Sol* para Nordeste, *Portas-de-Alfama* para Sudeste, *Portas-do-Mar* para o Sul, sôbre o rio, *Portas-do-Ferro* ou «Arco da Consolação» após a reconstrução ou ampliação de D. Manuel, para Oeste, a ligar a «cidade velha» com as ruas novas e movediças da Baixa, e as *Portas de Alfama* para Noroeste, que levavam para a circunvalação do castelo — nessa zona estirava-se Alfama.

— Quem viu nunca tôda Alfama!
— exclamaria Maria Parda, quando Alfama se transformou em bairro

de pescadores, o bairro dos «maneis do mar», alcunha dos trabalhadores do mar, registada por Bluteau, os «maneis de Alfama» de Fr. Nicolau de Oliveira.

E porque foi assim? A Alfama piscatória era bem etnograficamente a sucessora da Alfama casquilha. Alfama nasceu, quando Lisboa se aproximou do rio, descendo da cidadela à margem do Tejo. Alfama transformou-se, quando a população antiga foi atraída para a cidade nova; os descendentes dos habitantes do «bairro casquilho, aristocrático, alindado», como se exprimiu Herculano, saíram da «cêrca velha»; o que fez a população abandonar a Alcáçova, para campear orgulhos e comodidades no que foi Alfama, levou a mesma categoria social da população da Alfama velha ao abandono desta pelos bairros novos da cidade.

Quem se aproximou da Ribeira, a Ribeira Velha, do tráfego fluvial, que fornecia as bôcas da cidade, do varadouro das barcas de pesca, da construção de barcos de tôda ordem, quando a Ribeira das Naos ainda não dominava? Lógicamente, a gente que vivesse desses misteres ribeirinhos de à-borda-do rio. Não só pescadores, mas tôda a «gente de ganhar», cuja actividade a ligasse ao rio.

Arrais, galeotes, marinheiros, comitres, petintais, barqueiros «de ganhar com barcos no rio», espadeleiros, calafates, proeiros e quan-

tos mesteirais de privança, enquanto o interesse da organização os não arruou, procuravam vizinhanças do rio para arrumo e cómodos da vida.

Alfama então compunha-se de duas partes essenciais à vida jornalreira da sua população: uma, foradasmuralhas da Ribeira, a marinha, onde a população trabalhava nas dependências da economia marítima e fluvial; outra, dentro-das muralhas, onde resguardava o lar familiar.

As portas e postigos da muralha da Ribeira, paralela à margem, favoreciam a população no seu vai-vem da labuta diária. Nem por isso menos serviam a defesa da cidade. No cerco de Lisboa, pelos Castelhanos de D. João I, diz Fernão Lopes que «os muros todos da cidade nom haviam mingua de bom reparamento».

Por aqui andou certamente o Arcebispo de Braga, D. Lourenço, a cavalo, com duas cotas enfiadas, de lança em punho, a estimular com a palavra e o exemplo os trabalhos de armar galés para defender a cidade.

Quando no reinado de D. Fernando vieram a Lisboa os Ingleses do Conde de Cambridge, o monarca mandou alojar na cidade nova os senhores e fidalgos recém-chegados, a cada um consoante cumpria; estabeleceu excepção nos alojamentos, ao recomendar que tal se fizesse, «salvo na cerca velha», isto é, em Alfama. A Alfama da gente humilde do mar já não cumpria à nobreza

de fora, quando a nobreza de dentro a tinha abandonado.

Pelas *Portas-da-Cruz*, abertas ao Nascente, na cerca fernandina, que envolveu e ampliou Alfama por esse lado para lá do Chafariz de El-Rei, entravam em Lisboa os produtos das verdejantes almoinhas de Santa Apolónia e de Xabregas. Pelas *Portas-da-Ribeira*, na cidade nova, as mais importantes para o Sul nas muralhas fernandinas, entravam os recheios hortícolas da Outrabanda ou Bandadalém e do Ribatejo, e as cargas do pescado, recolhidas na Ribeira Velha.

E não podemos imaginar o escarcéu desse pessoal, a vozearia descomposta das peixeiras e rascões, que no século xvi havia de fazer côro ao poeta Chiado, a ponto de lhe inspirar o chocarreiro «*Auto das Regateiras*»?

O rio atrafu Lisboa à-beira-dêle. Alfama surgiu. A população que nela se fixou, assim, junto-do rio, foi atraída para a margem, viveu do mar e para o mar. O século dos Descobrimentos teve o condão de atrair à Ribeira os navegadores e mais gente do mar; os colaboradores da grande obra comum aproximavam-se; sobre os adarves da cerca, e galgando os muros, encostando-se a eles, escondendo-os nas suas construções, ou alcandorando-se nos cômodos donde se visse o mar, edificaram-se casas nos séculos xvi e seguintes. A mais notável de tôdas, porque é monumento

civil, monumento artístico, tão mal cuidado e tão mal empregado, e monumento folclórico pelas lendas que tem provocado, sobrevive hoje na chamada «Casa dos Bicos», que o filho de Afonso de Albuquerque mandou erigir ali onde a conhecemos no seu abandono e na vergonha da sua ruína, diante da *Ribeira Velha*, em frente do rio, entre uma Idade, a de Alfama medieval, e outra Idade, a da expansão além mar.

Eis o lugar de Alfama, criado pelo homem para o homem, e o que foi na sua crónica histórica — através dos séculos, como o que é na sua limitação topográfica.

Hoje ainda, *Alfama*, bairro de gente de trabalho, conserva aspecto secular e revela feição própria. Da Padaria aos Remédios, da Marinha ao Castelo, para empregar a forma expressiva e larga de antano, sobe e alarga-se o que é, foi e para bom nome da cultura portuguesa será sempre Alfama.

II

Entremos agora em Alfama, esta Alfama viva, que vemos palpar. Esta que nos rodeia com suas casas típicas, e em cujas ruas, bécos, escadinhas e calçadas nos embrenhamos, perdendo-nos no tempo como nos perdemos no espaço.

Um dos elementos mais curiosos e de maior interesse científico, por fonte etnográfica, é a toponímia.

O nome destes arruamentos e pátios, a designação das serventias do bairro, são reveladores.

Muitos dos nomes antigos não têm correspondência actual, ou porque mudaram de nome as serventias, ou porque variou a topografia do bairro depois do terremoto de 1755. Há todavia nomes que perduram do antigo e nomes que, embora modernos talvez, revelam como os outros a psicologia popular na aplicação de nomeadas.

Por Carvalho da Costa podemos ver como certos lugares andavam designados com nomes vagos quanto à particularização, por haver neles referência comum e lata a determinado ponto de referência. Ao anunciar as serventias da freguesia de S. Miguel, menciona a «banda da praia» e o «chafariz de dentro», querendo significar o lugar ou faixa ribeirinha e o lugar ou área do Chafariz de Dentro com as ruas e outras serventias confinantes, dentro da freguesia. Na conta da freguesia de Santo Estêvão procede da mesma forma, levado decerto pelo uso: a «Praia», o «Outeiro», as «Varandas», a «Lapa», a «Alfungera», a «Rigueira», os «Remédios», os «alpendres do chafariz». Reconhece-se na imprecisão tópica o hábito popular, ainda hoje verificado em circunstâncias idênticas.

Alguns dos nomes identificam total ou parcialmente os actuais, outros requereriam esclarecimentos. Uns aplicam-se a serventias

inteiras de agora, outros dividem-se com o nome comum antigo, por diversas serventias distribuídas ou abertas na área correspondente ao nome antigo. O «Castelo Picão», rua já do meado doséculo xvi, é assim designado por Carvalho da Costa: «Castelo Picão», e «Castelo Picão depois do Bêco»; este bêco divisório ou balizador da Rua do Castelo Picão chamava-se de «Santa Helena», como actualmente.

As frêguesias de Alfama antes do terremoto, desde a Ribeira ao Castelo, não incluindo este, contavam número maior do que hoje. *Santo Estêvão*, de 1.040 fogos e 4.510 habitantes; *S. Miguel* com 870 fogos e 3.700 habitantes; *S. Martinho*, ao Limoeiro, com 136

fogos e 1.400 habitantes; *Sant'Iago* com 120 fogos; *S. João da Praça* tinha já 525 fogos e 2.360 habitantes

no primeiro quartel do século xiv. O terremoto fez grandes estragos no casario. A frêguesia de *S. Miguel* ficou reduzida a cerca de metade dos habitantes; a de *Santo Estêvão* reduzida a 878 fogos e 3.400 habitantes; a de *S. Martinho*, já de si pequena, tamanhos danos sofreu que desde então foi anexada à de *S. Martinho*, intitulada por isso de *S. Martinho e Sant'Iago*;

a frêguesia de *S. João da Praça* está desde a segunda metade do século xix anexada à Sé patriarcal. De outra fala a história e a toponímia de Alfama: a frêguesia de *S. Pedro de Alfama*. A igreja pa-



ALFAMA — CALÇADINHA DO TIJOLO
Uma casa

roquial de S. Pedro foi a terra; ficou apenas o pórtico manuelino, embebido num prédio da antiga Rua da Adiça, hoje Calçada de S. João da Praça; nem a freguesia, anexada ou livre mas diminuída, manteve existência em Alfama; deixou o nome ao local, como o dera à porta junto da qual estava e por tal se chamava Porta ou Arco de S. Pedro de Alfama; afirma a tradição, não confirmada, que por esta porta entraram os Cristãos em 1147. E por fim, depois de recolhida a freguesia na igreja de S. Rafael, passou em 1780 para Alcântara, com a invocação de *S. Pedro de Alcântara*.

S. Salvador, a que se liga a tradição do aparecimento de um crucifixo num pòço, por ocasião da conquista da cidade, no lugar onde foi edificada a ermida do Santo Rei Salvador, teve também sede de paróquia com 266 fogos. Do século xiv vem o mosteiro dominicano da mesma invocação do Salvador.

Tôdas estas igrejas com as invocações particulares perduram na nomenclatura das serventias. O «adro da igreja» de S. Miguel deu o actual Largo de S. Miguel; o «adro da igreja» de Santo Estêvão chama-se hoje Largo; há a Rua, a Travessa, as Escadas de S. Miguel e de Santo Estêvão, a Rua de S. João da Praça, a Travessa de S. João da Praça, que é o antigo Bêco da Mõsa, a Calçada de S. João da

Praça já mencionada, o Largo de S. Rafael, o Bêco, o Largo, a Rua e o Arco do Salvador.

Na Rua dos Remédios sobressai o pórtico manuelino da ermida do Santo Espírito ou «Santo Esprito»; lá está esvoaçante a pomba simbólica de-frente, metida em escudete no espaço de duas vèrgas entrelaçadas na moldura do portal. Existia no ano de 1552 a ermida com seu hospício. Carvalho da Costa, na menção vaga dos lugares de Alfama, nomeia «os Remédios», a Rua Direita dos Remédios e «o Hospital»; estamos a ver essa faixa da freguesia de Santo Estêvão, nos fins do século xvii e comêços do seguinte. A invocação de Nossa Senhora dos Remédios deu origem à generalização do nome de Rua dos Remédios à parte que Carvalho da Costa chama Rua Direita dos Remédios, e à que se lhe segue para cima e tinha no bairro chamadouro de Rua das Portas da Cruz, pois que a tais portas dava serventia.

Fervilhava nos cais da Ribeira o pessoal das faluas cacilheiras, das muletas da sardinha, dos sàveiros de água arriba, e dos navios de alto-mar das carreiras da Índia e do Brasil; Frei Nicolau de Oliveira diz serem muitas estas embarcações.

A ermida do «Santo Esprito» tinha administração dos navegantes e pescadores de Alfama, irmanados sob o seu juiz, que era o Corregedor do Crime da Còrte. O hospício destinava-se a curar dos irmãos pobres

enfermos. Sofreu ruína grave com o terremoto, de que escapou o portal elegante da ermida.

Se a instituição prova a categoria social dos habitantes e dos frequentadores de Alfama, prova também o espírito de auxílio mútuo, sob os dictames superiores da espiritualização dos socorros do corpo e da alma no ambiente da Fé.

Não só este elemento de psicologia popular do tempo nos dá a invocação da ermida. A ermida, como outros edificios religiosos, militares ou civis, baliza lugares. «*Ao Santo Esprito*» significava a vizinhança da ermida; «*ao Rossio*» significa proximidades e redondezas do Rossio. Do lugar dos Remédios deixou-nos Gil Vicente a nota etnográfica da Maria Parda no «*Pranto*»; ela, amadora de bom vinho, investigante de onde o houvesse, canta lóa a vinho rosete do «*Santo Esprito*»;

Bem allí ó Sancto Esprito
Ia ea sempre dar no fito
N'ham vinho claro rosete.
Oh! mea bem doce palhete,
Quem pudera dar ham grito!

Corramos estes «semideiros escuros» de Alfama. Encontramos nomes admiráveis. Qualquer deles evoca séculos passados, personalidades que por essas serventias moraram, nomes de brasão, nomes comuns, outras referências, que não vemos justificadas, mas compreendemos. *Ruas Direitas*, direitas porque não são bécos, *Bécos*, mais ou

menos tortuosos e estreitos, ora com saída a outras serventias, ora sem ela, *Pátios*, *Terreiros*, *Terreirinhos*, *Escadas*, *Escadinhas*, *Calçadas*, *Calçadinhas*, que curiosidade de categorização de serventias o espírito popular conseguiu architectar, fixando-a no expressivo folclore! Só esta visita de observação formaria um canto do poema folclórico de Alfama.

Zona de população crescente, refluida entre muralhas da defesa, Alfama teve de dar espaço a todos que o exigiam para construção de casas. A urbe crescia à-custa-de si mesma. O número das frêguesias apontadas indica a densidade populacional; os números de habitantes contidos nos cálculos procedem não de censo oficial mas dos registos paroquiais dos comungantes, os «fregueses de comunhão»; referem apenas por isso os praticantes declarados da religião, se bem que fôsem a quasi totalidade dos habitantes.

Aconteceu o que se dá em tôdas as povoações amuralhadas; a população acantonou-se como pôde, aproveitando intervalos e recantos, adaptando-se ao chão que foi encontrando livre. Traçadas as primeiras serventias, essas ruas direitas, ou «abertas» em contraste com as transversas e as encotoveladas ou sem saída, as outras cruzaram-se com elas. A *Rua da Regueira* ou só «a Rigueira», já existia em 1813. A do *Castelo Picão* é mencionada no

meado do século xvi. A *Rua dos Remédios*, ou *Rua Direita dos Remédios*, prolonga para SO a *Rua Direita das Portas da Cruz*. A *Rua da Adiça*, hoje Calçada de S. João da Praça, a da *Regueira*, a do *Castelo Picão*, a do *Salvador*, são ruas que levam do fundo ao alto, de penetração em altura; não sei quais terão sido as Ruas Direita de Cima e Direita de Baixo, mencionadas por Carvalho da Costa, nem se há correspondência com serventias de hoje; prolongava a penetração a *Rua Direita de S. Tomé*, hoje parcialmente do Infante D. Henrique.

A *Rua dos Remédios* com a das *Portas da Cruz* ligava obliquamente o *Chafariz de Dentro* com o arrabalde ao Nascente. A *Rua de Santo Estêvão*, a desaparecida *Rua Direita do Espírito de Alfama*, a *Rua do Vigário*, a *Rua de S. Miguel*, a *Rua das Cruzes da Sé*, o *Bêco de Santa Helena*, eram serventias transversais, de ligação e de penetração em largura. Continuavam-se por outras menores, como talvez a *Rua Pequena*, a *Rua do Tem-te-lá*, a de *S. João da Praça*, a *Rua dos Paços do Mestre*, e pelas travessas e bécos abertos.

Outras alongavam as muralhas, como a *Rua do Almargem* ou do *Almarge*, as «*Alcaçarias* ao longo do Muro», ou davam serventia para a *Ribeira*, entre estas a de *S. Pedro*, a «*Rua para a porta da Ribeira*», a «*Rua para a Goleta*», a da *Galé*, e ainda outras que passavam portas

e postigos para a banda do mar, como o actual «*Boqueirão para a Praia da Galé*».

Nas travessas topa-se com nomes iguais ou do mesmo tipo. A riqueza, porém, abunda vibrante de informação psicológica, na toponímia de bécos e pátios; aí desborda a fantasia; o fio condutor, que nos guie no labirinto de nomes, correspondente ao labirinto das serventias, está na observação etnográfica desses mesmos nomes.

Referências locais do bairro, já conhecidas: *Bécos* das *Alcaçarias*, de *Alfama*, do *Espírito Santo*; alusões a moradores, nos do *Silva* ou da *Silva* (*Diogo da Silva*?), do *Ramos*, (aquêle é hoje a *Travessa do Chafariz de El-Rei*, este ou deixou de existir ou mudou de nome) o do *Abreu* (à *Sé*, desaparecido), o do *Loureiro*, talvez (nome que vem da *Rua do Loureiro* e pertence também a um largo, adjacentes), o do *Belo*, o do *Carneiro* possivelmente, o do *Fróis*, o do *Furtado*, o do *Abreu*, o de *Eva Fernandes*, etc.; certos e prováveis vestígios de alcunhas, no *Bêco do Mil-Patacas*, no da *Môscas*, já mencionado em meados do século xvi, no do *Surra*, da *Corvina*; de topografia dos recantos, como no *Bêco do Muro*, no do *Pocinho*, e do *Penabuquel*, junto-do arco do mesmo nome, no da *Lapa*, no das *Canas*; influência de comércio, indústrias e artes, no *Bêco dos Cortumes*, no *Bêco* e *Be-*

quinho do Estanco do Tabaco, no das Atafonas (hoje há no lugar a Rua das Atafonas), no do Forno da Galé, no da Mó, no das Barreiras. Característico e elucidativo é o nome do Bêco do Funil.

Os pátios não desdizem: o do Almotacel, o do Prior, o do Carasco, o do Marechal, o da Castelhana, o do Aljube, o das Flores, o das Canas, o das Parreiras, o do Mel...

Nuns e noutros andam presos às esquinas nomes conhecidos: o do Marquês de Angeja (parte da antiga Rua das Atafonas), o Pátio de Afonso de Albuquerque, o do Infante D. Henrique.

Nomes poéticos não escapavam ao baptismo popular das serventias: o Bêco das Grinaldas, o da Pérola, ali à Sé, ambos desaparecidos talvez com o terremoto, o das Flores, o Pátio das Parreiras, a Rua da Saúde. E no sentido oposto: o Bêco do Quebra-Costas, o da Maria da Guerra, o do Leão, o da Bicha, a Travessa do Raioso.

Quem seria esta Cardoso, já conhecido no século xvi o nome dela aplicado ao bêco? O Bêco da Cardoso. E o protagonista do Bêco do Cativo, estrofe de dor e de compaixão neste poema aberto? Hoje será o Bêco dos Cativos.

Da Rua dos Fornos fala-nos a Maria Parda: que transformação teria passado a serventia, para que a visitadora das tabernas de Alfama

dissesse o que Gil Vicente lhe pôs nos lábios?

Ó triste Rua dos Fornos,
Que foi da vossa verdura!

Os aguadeiros de Alfama ainda hoje cantam por estas ruas esguias o pregão de água. A voz dos prestimosos açacais tem, nestas paredes e nestes túneis do casario, sonoridades singulares de outros tempos.

Houve o *Bêco dos Aguadeiros*, onde talvez se reünissem ou acantonassem; é hoje o Bêco do Mexias. O serviço público de abastecimento de água era causa de desordens constantes; do *Chafariz de El-Rei* se abastecia Lisboa inteira no meio do século xv, «não havendo, por assim dizer, outra água», conforme argumenta uma réplica a embargos desse tempo. E tanto que a postura camarária de 1551 regulamentava com precisão a vezada nas bicas do Chafariz.

É de interesse etnográfico referir aqui a distribuição de aguagem pelas seis bicas. Na primeira bica, do Poente, aguavam cantarinhos, cântaros, quartas, pipas, dos homens de côr ou não livres (pretos, quer forros quer cativos, mulatos, índios, e outros cativos); na segunda, dos mouros das galés, onde podiam servir-se os da primeira, se estivesse deserta a segunda; na terceira e quarta, dos homens e mulheres brancas; na quinta, das

mulheres pretas, mulatas, índias, fôrras e cativas; na sexta, das mulheres e môças brancas.

Não era o único Chafariz o de El-Rei. Havia também o *Chafariz de Dentro* ou dos Cavalos, assim cognominado por causa dos cavalos de bronze, que os Castelhanos levaram, quando cercaram Lisboa. O *Chafariz da Praia* recebia as águas do Chafariz de Dentro; talvez esta opposição dos dois mananciais públicos justifique a referência dos nomes de um e outro. O *Chafariz dos Paus* abastecia-se quicá do pôço de Penabuquel, tapado em 1858, que ficava num cabouco junto-do arco de serventia do mesmo nome, e donde provém o Bêco de Penabuquel, também, ortografado Banabuquel e Benamoquel no século xvi. Havia entre mais as águas das alcaçarias do Duque, as de D. Clara, as do Conde de Penela e as de Santos o-Novo, tão disputadas.

Por isso afirmou Fr. Nicolau de Oliveira: «toda Alfama é tão abundante (de agua) que de maravilha se acha uma casa que não tenha fonte, e se a não tem é por pouca curiosidade do dono d'ella».

A descida de Lisboa para o rio era assim favorecida pela abundância de água.

As secas do Chafariz de El-Rei em 1517 e 1598 alarmaram a capital do Reino. No dia 3 de Outubro de 1744 começa a correr nas bicas a «Água Livre das Amoreiras».

Gil Vicente consagrou a voga do Chafariz de El-Rei na *Nao de Amores*:

Eu lhe irei logo falar
Lá ao chafariz d'El-Rei,
Quando elle quiser falar;
Ou da Tôrre da Varanda,
Ou lá no Cais da Madeira,
E veremos o que manda.

Dos chafarizes históricos de Alfama restam-nos os mais importantes: o de Dentro e o de El-Rei, que de nove bicas de algum dia, pois tantas chegou a ter, conserva apenas três. E dêles ficou também clara influência na toponímia antiga e actual: à Porta do Chafariz de El-Rei corresponde hoje o Bêco da Môsca; ao «Chafariz de Dentro» o Largo do Chafariz de Dentro; a Rua dos Paus talvez tire o nome da proximidade ou serventia do Chafariz dos Paus, ou seja comum a origem do nome de ambos; os «alpendres do chafariz», colocados vagamente por Carvalho da Costa junto-do Bêco do Espírito Santo e dos Remédios, poderão corresponder a alpendres de tanque de lavagem com aproveitamento das águas do Chafariz de Dentro.

A «Judiação de Alfama», perto da Torre de S. Pedro, «parte com o muro da parte do mar, e com o muro da torre de S. Pedro, e com o chão da Sé», conforme documento da Chancelaria de D. Fernando, mantém ainda hoje a evocação na *Rua da Judiação*, que sobe do an-

tigo Campo da La para o pitoresco Largo de S. Rafael. Quem vá da Rua do Terreiro do Trigo para este largo, pela Rua da Judiaria, logo vê à sua esquerda a varanda alta sobre cachorros alongados, da Torre de S. Pedro, imponente. O eirado guardado de parreiras, as paredes caídas e coloridas de cinzento, não occultam a majestade e a grandeza militar desta torre da defesa da cidade, para a banda do rio. E, nota airosa sobre a força rígida, têmola na portazinha de lóbulos, que abre para a varanda, sorriso de guerreiro curtido para o sol.

Largos de pitoresco inédito, como os de S. Rafael, de Santo Estêvão, do Menino Deus, do Salva-

dor, com a gradaria dos desníveis entre serventias, ou o de S. Miguel com a exótica palmeira destoante do

meio; arcos de muralhas, arcos de serventia, a galgarem ruas, a encobrirem o sol e projectarem sombras largas, uns tortos, outros rectos, ora simples ora múltiplos, sobrepostos ou seguidos, altos aqui, baixos ali, curtos, compridos; escadas que grimpam a cada passo e para todos os lados, sem sabermos para onde, mas adaptando o chão à comodidade do habi-

tante; — animam de luz e sombra o labirinto.

III

As casas por essas ruas, travessas, bécas e terreiros, nas escadas



ALFAMA — RUA DA REGUEIRA
Uma casa

e calçadas, nos largos e pátios de Alfama, têm o caracter que precisavam de ter e deviam ter, para serem casas de tais serventias.

Como as serventias provinham das condições do solo, em primeiro lugar, das circunstâncias impostas à urbanização da cidade, apertada entre muralhas e disciplinada às necessidades da defesa militar, e da densidade da população, também as casas forçosamente haviam de adaptar-se às condições físicas e sociais do meio etnográfico.

Na estampa do *Theatrum Urbium* de Jorge Bráunio, do século xvi, as ruas de Alfama sobem o monte em linhas curvas; a custo se podem identificar com certeza as conhecidas e apontadas para penetração em altura, mostram sinteticamente Alfama; entre os traçados irregulares, abrangem o casarío em massas por isso mesmo irregulares também.

Se subirmos a Santa Luzia, o melhor miradouro de Alfama, erguido junto-das antigas Portas do Sol, e olharmos em conjunto o bairro, a mancha de côr tem vida e realce na policromia suave. Não tem côres vibrantes em destom. Pode ali abrir-se o vermelhão novo de prédio quási acabado de pintar. O grito não é mais que revolta na harmonia geral. Tons de vermelho, aguadas de amarelo, aqui e ali toques de azul claro, dão realce ao branco alastrante. E justifica-se. Em ruas escuras, torcicoladas, bêcos, é necessária a cal, a brancura

iluminante da cal. Nos altos, nas esquinas claras, nos larguinhos onde o sol pode saltar e cantar, as casas têm luz, as côres variam, as paredes coram. Ainda bem que assim é, para animar o panorama. As casas amalgamam-se mais na na côr que no volume. Sentimos as ruas que se entrecortam, vemos as casas que se prendem no chão, empurram-se para caberem, cortando esquinas, arqueando cunhais, confundindo telhados e telhados, que se deformam para cobrir casas torcidas, direitas, encostadas e incrustadas, quadradas, poligonais, largas, esguias.

Sobrados ressaltam sôbre os de baixo. Uns avançam as paredes do primeiro andar ou sobreloja para o rés-do-chão, outros do segundo para o primeiro sobrado, outros do segundo para o primeiro, e dêste para o de baixo, mais saliente o inferior. No Largo do Chafariz de Dentro uma casa quadrada, em esquina, ressalta das duas frentes sôbre as lojas, apoiando a parede saída nos ferros cravados obliquamente na parede inferior. Na Rua de S. Pedro, em outra casa ressalta o segundo sobrado. No Bêco do Espírito Santo, ao Chafariz de Dentro, há ressalto do segundo para o primeiro, e outro menor do primeiro para a loja, parecendo porém que o do primeiro é apenas reforço de resistência e até certa medida pretensão decorativa contra a chateza da fachada. Numa

casa da Rua da Regueira, esquina para o Bêco das Cruzes, o segundo sobrado ressaí do primeiro, e o ressalto apoia em cachorros, espedaçados em varas de ferro oblíquas. Na Rua de S. Miguel há um exemplar curioso, com dois ressaltos, maior e apoiado em ferros o do primeiro andar, menor e sem apoios o do segundo. E junto à igreja de S. Miguel, como na Rua da Regueira, estamos diante de modelo diferente, em casa de ressalto tapado com madeira pintada.

Surge-nos a empena levantada em ângulo agudo. Na Rua dos Remédios, no Bêco da Cardoso, no Castelo-Picão, na Rua do Infante D. Henrique, estas casas de geito flamengo e aspecto quinhentista apertam-se entre outras mais largas ou mais baixas, isolam-se em esquinas e larguezas, como afirmação de tipo comum, e como lição de aproveitamento de espaço em área e altura. O vértice da empena arredonda-se, e temos exemplares na Rua de S. Miguel, no Bêco dos Loios e na Rua do Castelo Picão; aplanam-se numa casa da Rua de Santo Estêvão; as margens do ângulo da empena são rectilíneas ou encurvam, e os extremos continuam a linha direita ou dobram em forma de guias de bigode; numa casa da Rua de S. Miguel a curva quebra em outras laterais.

Fora-de Alfama há também destas casas na Rua do Benfornoso, e mais da Mouraria, na Rua das

Madres e outras da Madragoa, e na praia de Belém; havia-as no Largo do Rato, hoje demolidas; exemplar precioso, já requintado, está numa esquina de Belém, no Largo dos Jerónimos. De todas, no seu tipo tradicional popular, sobressai a conhecida casa da Rua dos Cegos; pequenina, livre, só de um andar e loja, sem má vizinhança, de empena embicada e de fachada com ressalto, tinha a um lado das janelas irregulares o registo de azulejos com dois anjos a adorarem a Eucaristia, e por cima o braço de ferro, que suportaria a lâmpada de o alumiar. Tiraram-lhe o registo, ficou por algum tempo o ferro terminado por chapa aberta cordiforme, símbolo bem português de amor e de perdão para o crime de arte e de sentimento; arrancaram também o ferro por fim, e qualquer dia arrancarão a casinha inteira.

Outras casas evidenciam acréscimos de construção na poliestrutura dos telhados: um andar; ergueu-se-lhe de um lado, assimetricamente, um quarto; cobriu-se este com telhado próprio. Há casas deste tipo fora-de Alfama (na Rua do Capelão, por exemplo). Às vezes são mais os acréscimos.

Ali perto, da Rua dos Cegos há uma casa única. Fica no Largo do Menino-Deus. Casa poligonal, sai dela um corpo prismático mais baixo; tem este duas portas diferentes, uma para o lado, com escada de acesso, e outra para a

frente, com escada também; um muro divide-as; janelinhas com reixas; vasos de plantas; três faces. As duas portas tão separadas, no mesmo edificio, provavelmente do século xvi, trazem à lembrança a cena típica do *Auto da Índia*. O marido partira para a Índia; enquanto o Castelhana atira pedrinhas à janela, a bradar com a demora

Quiero destruir el mando,
Quemar a casa, es la verdad,
Despaes quemar la ciudad;

o Lemos está dentro de casa, a pedir à Ama:

Deixae-me cantar, senhora,

e entra aquele por uma porta, sai o outro pela segunda.

Pelas casas de Alfama a distribuição dos vãos é irregular. Depende da largura e da altura das fachadas. Varandas de balcão ou janelas rasgadas a esmo, ou conjugadas ou alternadas, obedecem a divisão dos cômodos. Fachadas com uma fiada vertical de janelas, com janelas aos pares, uma a uma ou duas a uma por sobrado, todo o espaço tem de ser poupado na segurança da casa e no arrumo interior. Quadradas, esguias ao alto ou horizontalmente, circulares, com portas massiças ou de reixas, com batentes de levantar ou de abrir para os lados, lisas na aprumada da frontaria ou protegidas da chuva que escorre, por meio de sobreverga avançada com inclinação, as jane-

las despertam atenções. As varandas com ferros de régoas e varões forjados, por vezes recurvados, resguardam-se com tapadouros de gelosias de reixa de madeira, que são miradouros de origem mourisca. Avançadas sobre as ruas, quasi tocam as casas fronteiras. Os vasos de plantas guarnecem janelas e varandas; são com o gato e as gaiolas dos pássaros as únicas ternuras de recreio para os habitantes.

Restos de construções antigas topamo-las a cada passo em cunhais interrompidos, desproporcionados com a casa actual, e sem confirmação no material de agora (Bêco do Guedes, Rua da Oliveirinha, Rua dos Remédios, Rua de S. Pedro, etc.).

Quintais e muros coroados de parreiras quebram a monotonia das ruas e alegam as fachadas. Os estendais nos largos, á-beira-das escadinhas de S. Miguel, e da Rua da Galé, nos trechos de quintalejos, nas janelas sobre armações de mastreação, embandeiraram o bairro.

No Chafariz de El Rei, na Travessa de S. João da Praça, sobem de relêvo as pedras com a barca de S. Vicente, do brasão de Lisboa, dos séculos xvi e xvii; o Pátio dos Corvos alude aos «vicentes» da lenda mística do Santo.

Outras fachadas, como já mencionei na da Casa quinhentista da Rua dos Cegos, patenteiam registos de azulejos, onde predominam as imagens de Nossa Senhora da

Conceição, Santo António e S. Marçal, tão da estima popular. Alguns têm data: 1749 sobre uma porta da Rua dos Remédios, 1763 no Castelo Picão, 1764 nas escadinhas do Arco Escuro, 1850 num gavêto entre a Rua dos Remédios e a do Vigário. Mais humildes, mais pomposos, estes quadrinhos de azulejos revelam a fé na protecção invocada, iluminam as casas e as almas.

No meio destas casas de tipo arcaico, estadeiam outras de mais pompa e maior modernidade; na maioria provirão de substituírem as que caíram com o terremoto ou se arruinaram de outro modo e por outras causas.

Por aqui e da Ribeira a Santo Estêvão, do Contador-mór ou do Arco do Chancelar ao Pátio de D. Fradique, topamos com edificios apalaçados, ou com nomes de serventias, que recordam personagens gradas; o mais importante é a *Casa dos Bicos*, a lendária «Casa dos Diamantes», que o filho de Afonso de Albuquerque levantou à-beira-do-rio, contra a muralha; recorda a Índia, as navegações, o vasto império. Outras ostentam pedras de armas, como o palácio dos Condes de Arcos, pegado ao convento do Salvador, abaixo-do arco, ou o cunhal da torre, do precioso Arco de Jesus, com as faixas dos Mascarenhas, e mais para Santo Estêvão e Escolas Gerais, Siqueiras, Sampaio, Coutinhos, Figueiras; ou deram toponímia: postigo do Conde

de Linhares, Largo do Marquês de Lavradio, Bêco do Marquês de Angeja, Pátio do Conde de Santa Cruz, hoje perdido. Ao-cimo-da Calçada de S. João da Praça, a antiga Rua da Adiça, pesa a mole massiça do velho Paço do Limoeiro, a-par-de S. Martinho.

Como vozearia este povo de Alfama, o primeiro certamente a acudir ao Mestre de Aviz, nos tumultos de Lisboa em 1383, contra Leonor Teles e pela morte do An-deiro! Se o Mestre era alfamista, a crer na interpretação de Júlio de Castilho ao nome da Rua do Paço do Mestre, mais forte e certo crêmos o alvoroço no bairro, ao repicar dos sinos a rebate.

A-propósito-da «Casa dos Bicos», falei da Índia e já lembrei também o *Auto da Índia*. Recordo agora outro recanto do folclore de Alfama, que Gil Vicente aproveitou, e reflecte a psicologia da sociedade de Lisboa no período dos Descobrimentos.

A «Ama» do auto, quando o «Marido» regressa inesperadamente — e vêmo-lo entrar por uma das portas da Casa do Largo do Menino-Deus, enquanto um dos intrusos foge espavorido pela outra — festeja-o surpresa e mimeira, e diz-lhe em prova de fementida fidelidade:

E logo à quinta-feira
Fai-me ao Spírito Sancto
Com outra missa também;
Chorei tanto que ninguem
Nunca cuidou ver tal pranto.

Tira-se da alusão vicentina que a capelinha dos marítimos de Alfama tinha freqüência de impetrantes, esperançados nos votos ao Espírito Santo pelos que vogavam no mar.

Os cais ribeirinhos do Carvão, da Madeira, de Aldeia-Galega, de Santarém, onde desembarcava tudo que vinha do rio, para construções, para aquecimento, para venda de «tôdas as coisas de comer» (Luiz Mendes de Vasconcellos), para fornecimento da «praça das berças», animavam tôda a Ribeira. O *Malcoçinhado*, já existente em 1552, atraía os freqüentadores.

Quási a-meio-desta movimentadíssima zona de Alfama, a ermida do Santo Espírito chamava a gente do mar e recebia a invocação de Lisboa inteira.

Também a gente do mar fazia grande vénia a Nossa Senhora da Escada, em ermida anterior à igreja de S. Domingos e em seu terreno; construída esta, ficou a ermida encostada à igreja, e subia-se à adoração pela escada que deu o nome invocativo da imagem. Caía a festa a 2 de Fevereiro, porque Nossa Senhora da Purificação, da Corredoura ou da Escada eram diferentes invocações da mesma Santinha popular.

Tinha nome a procissão de *Corpus Christi* de Alfama; que era melhor que a da Cidade orgulhavam-se os entusiastas do bairro ao dizê-lo.

Como seria a procissão, com a imponência tradicional através-de ruas apertadas, irregulares e íngremes como estas!

Paremos, que Alfama nos levaria muito mais longe ainda. Alfama na história de Lisboa, Alfama de hoje, é assim. Aspectos apenas são êstes; revelam todavia que Alfama, o bairro mais antigo, desde-que Lisboa desceu do Castelo ao rio, merece atenção e acato. Cuide-se dela como de Museu, e é-o em verdade; veja-se nela a velha Lisboa medieval de antes-dos Descobrimentos; e não se desmanche o pouco que mais os estragos dos homens que as ruínas do tempo, e até as fúrias do terremoto grande, nos deixaram ainda de-pé.

A Lisboa de hoje tem de mostrar a Lisboa de outras eras, mas pelos meios cultos por que deve fazê-lo uma Cidade, para mais Capital, no século xx.

Lembremo-nos de que a Lisboa medieval foi aqui em Alfama, como a Lisboa dos Descobrimentos foi aqui e na Cidade Baixa.

Se em Belém, saída para o mar, estão os Jerónimos por padrão, em Alfama foram com todo o simbolismo evocador as *Portas-do-Mar*. Foram e ainda são. E esperemos todos que continuem a ser.

LUIZ CHAVES.

Conservador
do Museu Etnológico.

A Mulher e os Livros

Discurso inaugural das Bibliotecas Itinerantes, proferido nos Paços do Concelho, no dia 25 de Outubro de 1935, em comemoração da Tomada de Lisboa.

A tantas e seculares acusações que alvejam a Mulher ajunta-se mais esta: inimiga do livro. Eu sei que nem tôdas andam inocentes nesse crime de lesa-cultura. Ha-as com inconsciência bastante para abrir as páginas dos livros com o prégo dos chapéus, para se servirem das obras encadernadas como apagador de velas, como há a tendência da terrível maioria para, ao limpar o pó dos livros, só os arumarem mediante o endoidecedor gravame de os recolocar de pernas para o ar.

Mas raramente se fala nas mulheres amigas e cultoras do livro, por exemplo, nas monjas iluminadoras.

Toda essa obra prima de paciência e de beleza dada aos artistas mostenses anda na memória de hoje como trabalho de monjes. Nem que sómente eles dispuzessem de paciência e de gosto para florir as letras capitais dos textos góticos ou latinos e se tornassem exclusi-

vos donos do espírito elevadamente submisso que as iluminuras policromicas e as tarjas estilizadas reque-rem!

E as monjas iluministas?

Não foram elas as ciliciadas artistas dos evangeliários, dos martirólogos, dos processionários, dos missais, dos próprios livros de horas? Cada traço desses pinceis devotos, iluminados a rôxo, e com que alternava o azul profundo, o verde maio, a purpura opulenta das grandes dignidades da Igreja, eleva-se numa oração, num gemido de órgão. Há iluminuras cuja transparência sugere a palidez emaciada da clausura, outras que no rubro dos fundos ou na graciosidade das letras traem a alma confusão de terrores, a alma mística da professa, e tôdas instrumentam a vida contemplativa do claustro e o enlêvo patientíssimo do texto.

Para ser de outra fôrma, só se a monja houvesse esquecido a sub-

missa paciência feminina, e as mãos trémulas de segurar os devocionários não levassem para a vida monacal as prendadas faculdades de bordadeira. E quanto de matiz se encontra nas iluminuras de Santa Melania, quanto do afago de meigos olhos inclinados para a Beleza não ficou nos admiráveis ciméios de Santa Cesária ou da abadessa Herradia de Landsberg que ao seu mosteiro de Alsácia legou obra prima de iluminura—o *Hortus deliciarum*!

Arte dos silenciosos, arte hierática, a iluminura nasceu para os que se comprazem no recolhimento, na meditação contemplativa. E só pelo tesouro artístico que nos legou da sua vida claustral, à mulher não pode chamar-se inimiga do livro.

Trancou-se a dinastia das iluminuristas? Quanta obra masculina teve sorte igual! E quanta para a qual o homem parece inadaptável?

Vejam-se as Bibliotecas Populares; embora de anceana genealogia só conheceram a prosperidade no século XIX. Tanto no velho como no novo mundo.

Que importa que os colonos da Nova Inglaterra avesassem certa cultura, as famílias dos puritanos possuissem biblioteca privada, Franklin creasse a primeira biblioteca universitária em Filadélfia, no século dezoito, se sómente em 1835, a legislação norte-americana se ocupa das bibliotecas populares até as tornar obrigatórias?

A Grã-Bretanha começa mais cedo: 1420, graças ao famoso Richard Washington. Mas bibliotecas médias compreendeu-as o espírito do século XIX, quando reconheceu o perigo que corria a sociedade perante o povo sem instrução.

A Alemanha deve a Lutero (1524), a instituição das Bibliotecas populares que a guerra dos Trinta Anos definha para virem emfim a desenvolver-se em 1850—século dezanove.

A Itália, que rompe pela Ambrosiana em 1608, teve de esperar pela unificação do Reino para receber a revelação da primeira biblioteca popular.

A' Rússia é Pedro, o Grande, quem a dóta com os primeiros rudimentos da instrução, desenvolvidos pela grande Catarina, sem resultados apreciáveis. Houve que passar pela guerra da Crimeia, e em 1885 encontra, então, o rumo das bibliotecas populares.

O Cardeal Mazarin, patenteando ao público as suas colecções uma vez por semana, cria no século XVII o movimento das bibliotecas públicas. Os frades e o rei seguem-lhe o exemplo; mas é depois da Revolução Francesa, do Consulado e do Império que a biblioteca popular cria raízes.

A pobre Austria tão pobre de bibliotecas reabilita-se em 1870—sempre no século XIX.

A Espanha exprime oficialmente em 1857, o intuito de crear biblio-

tecas populares, mas só recentissimamente ao instituir a lei de «Residência de Estudantes» elas tomaram proporções e solidez.

E Portugal?

Portugal por decreto de 2 de Agosto de 1870, cria, num diploma que é padrão de honra, as bibliotecas populares. Nada esqueceu ao legislador português: fornecimento de livros aos municípios pelo Estado, obrigatoriedade para os governos civis, para as municipalidades e Juntas de Paróquia de fundarem bibliotecas populares nas suas circunscrições; a contribuição municipal de 50.000 réis por ano para esse fundo; definição do que deve ser a biblioteca popular; publicação anual da lista de livros aprovados pelo Governo para formação do seu património bibliográfico; regulamento; jurisdição atribuída à Biblioteca Nacional de Lisboa.

Foi tarde?

Os ingleses, que são os ingleses, só nesse mesmo ano de 70 deram incremento à ideia, como em todo o mundo, lógica e paralela expressão da parábola ascensional do ensino primário.

Começamos muito a tempo. Simplesmente, em 1900 o Sr. Maurice Pellisson dirigiu um questionário a Portugal sobre o estado das nossas bibliotecas populares e as perguntas do Inspector da Academia ficaram sem resposta.

E' que ao templo faltou o sacerdote. As bibliotecas populares vie-

ram a parecer-se com humildes capelas perdidas por longes serranos, sem culto seguido, procuradas apenas por um ou outro mais fervoroso conhecedor do conforto espiritual.

Sem um missionário da religião literária, Ferrare, e por conseguinte a Itália da Renascença, não haveria revelado ao povo a paixão eterna dos livros. Teve Guarino que, falando grego como ateniense e latim como romano, pela Grécia peregrinou à cata de livros e manuscritos. Andava nos vinte anos quando partiu. Ao regressar da Helade com duas caixas de códices preciosos, o barco naufragou, a carga do erudito perdeu-se e a dor dêle tão grande foi que numa noite lhe embranqueceram os cabelos. Humanista completo, o primeiro que pôs em dúvida a correspondência de Seneca com S. Paulo, revelador de Anacreonte cujas odes a Itália então desconhecia, não grangeou glória pelo comércio intelectual com gente douta nem pela obra poética, esquecida e inédita, e sim pela cruzada, pelo apostolado mental junto do povo.

A par dos seus deveres oficiais — a educação do Duque Leonel, herdeiro da Casa d'Este, de quem fez perfeito príncipe, — Guarino ensinava gratuitamente de manhã à noite. A sua porta estava sempre aberta. De longe iam crianças e velhos que se deitavam ao caminho ainda de noite, através de chuvas e neves, para ao luzir da buraca esta-

rem em casa do «Taumaturgo das Escolas».

Com gente do campo corriam a ouvi-lo italianos eruditos, cientistas franceses, alemães, ingleses, polacos e até gregos.

Morreu aos noventa anos. E no dia em que morreu ainda ensinou, ainda repartiu com homens de quarenta anos e crianças de sete o incomparável prazer de pensar.

Entendendo muito bem esta elevada missão dos intelectuais e dos bons, Guerra Junqueiro dizia-me:

— «Prégar seria a minha aspiração!»

Haverá pregadores laicos, cruzados para esta salvação do entendimento humano, para se devotarem à elevada empresa de criar no povo português o gosto pela leitura e completar assim a obra das bibliotecas populares?

Estou convencido que sim, tenho a certeza que sim.

Poderão não aparecer homens para tanto; a mulher os renderá.

De que se torne possível congregar mulheres para cruzada cultural só descreverá quem nunca houver lido a deliciosa e documentada monografia de Albert Cim, galeria histórica das mulheres que amaram o livro e onde perpassa este episódio bem feminino a que anda ligado o nome desse poeta do espaço que se chamou Flammarion.

O astrónomo fôra, com sua mulher, hóspede da Condessa de Saint-Ange, no castelo dos montes

Jura. A condessa, astrónoma amadora, morreu daí a pouco tuberculosa, deixando o médico assistente ajuramentado para cumprir este voto: cortar-lhe a pele das espáduas que Flammarion lhe elogiara, para com ela ser encadernada a primeira obra do sábio que saísse do prélo depois da morte dela.

Flammarion respeitou o legado e assim que publicou as *Terras do Céu* mandou encadernar um exemplar com a aristocrática pele, e gravar a oiro na portada: *Recordação de uma morte*.

De que não será capaz a mulher que ama! A mulher portuguesa que ama a pátria e não desadora o livro, pode bem ser a sacerdotisa destes pequeninos templos de cultura que, partindo dos Paços do Concelho, se espalharão pelas freguesias excêntricas de Lisboa, em mensagem de paz e de beleza.

A' mulher, que aspira a que os seus filhos sejam dignamente portugueses, confio a missão de fazer compreender ao povo esta máxima da sabedoria do rei Afonso de Aragão: Não há como possuir madeira velha para queimar, vinho velho para beber, velhos amigos para conversar e velhos livros para ler.

Para tal confio na Raça, confio no Estado Novo, confio em Portugal, confio com fé na Fé que há nove séculos forçou a porta do Castelo de Lisboa.

JOAQUIM LEITÃO.

Catálogo da Exposição Bibliográfica e Iconográfica

Da Conquista de Lisboa aos Mouros, por D. Afonso Henriques,
em 1147, realizada na Câmara Municipal
de Lisboa, de 25 a 27 de Outubro de 1935

Academia das Ciências de Lisboa

Alphonso (El) O la fundacion del Reyno de Portugal, assegurada y perfecta en la conquista de Elysia. Poema épico del Cavallero Francisco Botello de Moraes y Vasconcelos. Salamanca, 1731. A pags. 258: Libro Decimo. Argumento Maere Don Martin Maniz en la Puerta Boreal de Elysia.

Fundação, antiguidades, e grandezas da mai insigne cidade de Lisboa, e seus varões illustres em Santidade, Armas, e Letras. Catalogo de seus Prelados, e mais cousas Ecclesiasticas, e Politicas até o ano de 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El Rey D. Afonso Henriques. I e II parte. Escritos pelo Capitam Deniz Marinho de Azevedo, natural da mesma Cidade. Lisboa, 1753.

Biblioteca da Ajuda

Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal, composta por Duarte Galvão, Fidalgo da Casa Real e Chronista Mor do Reyno. Fielmente copiada do seu original, que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo. Oferecida á magestade sempre aagusta del Rey D. João V por Miguel Lopes Ferreira. Lisboa, 1726.

Chronica del rei dom affonso henriquez primeiro Rei de Portugal. Prologo dirigido ao serenissimo e muito poderoso rei dom Manoel nosso senhor sobre as vidas e excellentes feitos dos Reis de Portugal seus antecessores ordenados e escritos por seu mandado por duarte galvão, fidalgo da sua casa e do seu conselho. Manuscrita.

Chronica dos Reys de Portugal da Fundação do Reyno até ao principio do Reynado d'El Rey D. João o segundo. Folio manuscrito.

Chronica dos Reys de Portugal reformada pelo Licenciado Duarte Nanes do Liam, desembargador da casa da Supplicação. Oferecida ao senhor D. Miguel de Portugal, conde de Vimiozo, &c. Lisboa, 1677.

Como el Rey Dō Afonso foy por cerco a Lisboa e o ajudou nelle hũa armada de Cristãos da parte do Norte in «Monarquia Lusitana terceira Parte que contem a Historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique até todo o reinado del Rey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal e quarto de Castela nosso senhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Convento de N. S. do Desterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal». Lisboa, 1632, folhas 166 verso e segs.

De como El Rey Dom Affonso tem cercado Lisboa com seu exercito e o Conde

Gaillherme de Longa Espada com sua armada in «Antiguidades de Lisboa» por Antonio Coelho Gasco, pags. 39 e segs. da cópia manuscrita existente nesta Biblioteca.

Epistola Arnulfi ad Milonem episcopum Morinensem. Quomodo Ullixisbona capta est. in «Veteram Scriptorum et Monumentorum Historicorum Dogmaticorum, Moraliarum; amplissima collectio». Tomas X, columnas 800 e seg.

Symnieta Lusitanica Ex. Mss codicibus Bibliothecae Apostolicae Vaticanæ. Tomas Primas. MDCCXLIV.

Vida del glorioso Rey D. Alonso Henriquez el Primero de Portugal in Varios, T. 4.º de Linages Reyes y Otros.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Acta Sanctorum quotquot toto orbe colantur, vel a catholicis scriptoribus celebrantur. Quæ ex Latinis ac digesserant servata primigenia scriptorum phrasi, & variis Observationibus illustrant Joanne Bollandus, Godefridus Henschenius. Societatis Jesu Theologi. Tomas Tertius. Veneza 1736. Referencia á tomada de Lisboa, a pags. 116.

Annals (The) Of Roger de Hoveden, Comprising The History of England and of other Countries of Europe from A. D. 732 to A. D. 1201. Translated from the latin with notes and illustrations by Henry T. Riley. In two volumes. Vol. 1 A. O. 732 to A. D. 1180. Londres, 1853. Referencia á tomada de Lisboa, a pags. 251.

Apontamentos iconográficos de Lisboa. Vistas panorâmicas, artigo do Engenheiro Augusto Vieira da Silva, com uma reprodução da Iluminara de Lisboa, da Crónica de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão, in Elucidário Nobiliárquico, 1 vol. 1928, pág. 139.

Autorship (The) of the De Expagatione Lyxbonensium by C. W. David in «Speculum. Journal of Mediaeval Studies. Volume VII. 1932.

Como o glorioso Rey Dom Afonso entendeu de conquistar, a Lixboa in Primiera parte das antiguidades da muy

nobre Cidade de Lixboa, Imporio do mundo e Princesa do mar Oceano por Antonio Coelho Gasco, o gradoado em leys, folhas 275 e segs.

Da tomada de Lisboa, que attribue á singular protecção da Senhora dos Martyres, viva Fé, e devoção que tinha a esta sua Imagem, o General Gaillherme, e pia ponderação na sua despedida, in Demonstracão Historica da primeira e real Parochia de Lisboa que he singular Patrona e Titular N. S. dos Martyres por Fr. Apollinario da Conceição. Lisboa 1570, pags. 23 e segs.

Dialogos de Varia Historia em que sumariamente se referem maytas cousas antigas de Hespanha: e todas as mais notavees que em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas, antes e depois de ser levantado, a Dignidade Real. E outras maytas de outros reynos dignas de memoria: Com os retratos de todos os Reys de Portugal. Autor Pedro de Mariz. Coimbra 1594. Referencia á tomada de Lisboa, a folhas 48 verso e seguintes.

Dialogos de varia Historia, em que se referem as vidas dos senhores Reys de Portugal, com suas mais verdadeiros Retratos: e Noticias dos nossos Reynos, e Conquistas, e varios successos do Mundo. Autor Pedro de Mariz. Lisboa, 1749.

Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal, por João Pedro Ribeiro. Tomo IV, parte 1, 2.ª edição. Lisboa, 1867. Tem uma referencia á tomada de Lisboa, a pags. 184.

Espana Sagrada Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de Espana tomo XXIII. Continuation de las Memorias de la Santa Iglesia de Tuy. Y Collecion de los Chronicones pequenos publicados, è ineditos, de la Historia de Espana. Segunda edicion Por el M. R. P. Mro. Fr. Henrique Florez. Ex-Assistente General de las Provincias de Espana, Ordem de S. Augustin. Madrid 1799. Referencia á tomada de Lisboa a pags. 331.

Explication de l'estampe de Lisbonne avec une description succincte des curiosités et evenements memorables de cette ville.

Foto-cópia do codice arquivado na biblioteca do Colégio de Cambridge em que

o cruzado Osberno narra a Conquista de Lisboa aos Mouros de que foi testemunha presencial.

Fundação, antiguidades, e grandezas da muy insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illastres em santidade, armas, e letras. Cathalogo de seus prelados, e mais coasas ecclesiasticas, e politicas até o anno 1147, em que foy ganhada aos Mouros por El Rey D. Affonso Henriques. II parte Escrita pelo Capitam Luiz Marinho de Azevedo, natural da mesma cidade. Segunda impressão correctã, e emendada. Lisboa, 1753.

Historia Ecclesiastica de Lisboa. Vida, e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão. Offerecida ao Duque de Aveiro Dom Raymundo de Lancastro. Escrita em doas volumes por D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo metropolitano de Lisboa, do Conselho de Estado de sua Magestade. Primeiro Volume. Contem duas partes. Primeira. Da fundação de Lisboa, até ser ganhada aos Mouros por el Rey Dom Afonso Henriques. Segunda. Do tempo do mesmo Rey, até o reynado del Rey D. João o I em que foy levantada em metropolitana, Lisboa, 1642.

Historia da Igreja de Santo Estevam de Lisboa por Monsenhor Gustavo Couto. Lisboa, 1927.

Historia Tripartita compreendida em três tratados por Fr. Agostinho de S. Maria. Exoigario Geral da Congregação dos Agostinhos Descalços de Portugal, natural da vila de Estremoz. Lisboa, 1274. Referencia á tomada de Lisboa, a pags. 344 e 345.

Illastriam veteram scriptorum, qui rerum a germanis per multaetatesgestarum historias vel annales posteris reliquerant. Tomas unus. Francfort 1615. Referencia á tomada de Lisboa, a pags. 474.

Livro das Grandezas de Lisboa, composto pelo padre Frey Nicolao D'Oliveyra, Religioso da Ordem da Santissima Trindade e natural da mesma Cidade. Lisboa, 1620. Referencia á tomada de Lisboa a fls. 37 verso e 38.

Miscellanea de Miguel Leitam d'Andrada. Dialogo segundo, Dasse rezão do Mosteiro de Nossa Senhora dos Martyres de Sacavem. E da ponte de pedra que aly

avia & poderia aver agora. E da natureza maravilhosa de algumas pedras. E quando foi tomada Lisboa, & fundada a Sé. E se mostra como as idades, & estatarias dos homens foram sempre as mesmas que agora. Lisboa 1629.

Noticia manuscrita de ter Catharina Fernandes legado umas casas á Irmandade dos Sapateiros para no dia dos S. Crispim e Crispiniano deitarem aos rapazes um saco de castanhas e uma alcofa de maçans em comemoração da tomada do castelo de Lisboa aos mouros.

Primeiro (O) documento datado relativo á tomada de Lisboa e a mais antiga instituição de Capela que conhecemos. Comunicação feita por J. Mendes da Cunha Saraiva em sessão da Assembleia Geral da Associação dos Arqueologos Portugueses em 7 de Janho de 1928. Publicada com a reprodução fotografica do documento in Elucidario Nobiliarquico. I vol. 1928. pags. 207 e segs.

Primeira parte da Fundação, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illastres em Sanctidade, Armas e Letras. Catalogo de seus Prelados e mais coasas Ecclesiasticas, & Politicas até o Ano 1147 em que foi ganhada aos Mouros por El Rei D. Afonso Henriquez. Dedicada ao illastre, e inclito Senado della. Escrita pelo Capitão Luis Marinho de Azevedo, natural da mesma Cidade. Lisboa, 1652.

Provase, que na armada estrangeira, de que se ajudou D. Afonso Henriques para tomar Lisboa, vierão Religiosos da nossa Ordem: e que estes forão os primeiros moradores do mosteiro de Sam Vicente, e fundadores de S. Gens que tivemos ao pé do Monte in «Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal, da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hippônia & principal Doutor da Igreja. Parte Segunda. Por Frey Antonio da Purificação Portuense, Filho, e Chronista da mesma Provincia, e nella Lente de Theologia jabilado» folhas 85 e segs.

Portugalica Monumenta Historica. Scriptores Volumen I Lisboa 1836.

Urbis Olisiponis sitas, et figura. Damiano Goe Equite LV sitano Aathore in «Hispania Illustrata sea rerum urbiumque His-

paniæ, Lusitaniæ, Aethiopiæ et Indiæ scriptores varii» Tomas II pags. 879 e segs.

Câmara Municipal de Lisboa

Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrada pelo Cruzado Osberno, testemunha presencial. Texto latino e sua tradução para português pelo Dr. José Augusto de Oliveira. Complemento ao volume II, da «Lisboa Antiga», de Júlio de Castilho. Prefácio do Engenheiro Augusto Vieira da Silva. Lisboa 1935.

História de Portugal. Desde o começo da monarquia, até o fim do reinado de Afonso III, por Alexandre Herculano. 7.ª edição, definitiva conforme com as edições da vida do autor, dirigida por David Lopes, ornada de gravuras e mapas históricos executados sobre documentos autênticos, debaixo da direcção de Pedro de Azevedo. Tomo III (Livro II, 2.ª parte, Livro III). Lisboa, 1915.

Historia de Portugal Popular e Ilustrada, por Manuel Pinheiro Chagas. 3.ª edição, volume I. Lisboa, 1899.

Lisboa Antiga. Bairros Orientais, por Júlio de Castilho. 2.ª edição, revista e ampliada pelo autor, e com anotações do Engenheiro Augusto Vieira da Silva. Vol. II. Tomada de Lisboa aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques. Vol. III. Conquista de Lisboa aos Mouros; documentação e genealogias. Lisboa, 1935.

Livro primeiro de Côrtes. In-fólio manuscrito.

Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos da mal excelente e sempre leal Cidade de Lx.ª reformados por ordenança do Ilustríssimo Senado della pllo L.º Dr.º nunez do liam. Ano MDLXXII. In-fólio manuscrito.

Reprodução fotográfica do primeiro documento que se refere à conquista de Lisboa (era de 1186, ano de 1148) cujo original pergaminho membranáceo, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, guarda-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In História da Literatura Portuguesa Ilustrada, dirigida por Albino Forjaz de Sam-paio. Vol. I, pág. 17. Lisboa, 1929.

Alsácia Fontes Machado

Feito (O) de Martim Moniz, por Alsácia Fontes Machado. Fôlhas dactilografadas.

Tomada de Lisboa. Versos por Alsácia Fontes Machado. Barcarena, 1935. Fôlha dactilografada.

Dr. António Cabreira

Celebração Centenária do Marechal de Campo Tomaz Cabreira, por António Cabreira. Lisboa, 1934. Referência à tomada de Lisboa a pags. 219.

D. Afonso Henriques intérprete ideológico da Raça, por António Cabreira. Lisboa, 1925. Referência à tomada de Lisboa a pags. 19.

Epílogo (O) de Ourique, por António Cabreira. Lisboa, 1933. Referência à tomada de Lisboa a pags. 101.

Milagre (O) de Ourique e as Côrtes de Lamego, por António Cabreira. Lisboa, 1925. Referência à tomada de Lisboa a pags. 24.

Engenheiro Augusto Vieira da Silva

Castelo (O) de S. Jorge. Estado histórico-descriptivo, por Augusto Vieira da Silva, tenente de engenharia. Contém várias vistas e plantas do Castelo. Lisboa, 1898.

Cêrca (A) Moura de Lisboa. Estado histórico-descriptivo, por Augusto Vieira da Silva, tenente de engenharia. Contém a planta da cidade na época da conquista cristã. Lisboa, 1899.

Conquista (A) de Lisboa. Romance histórico, por Carlos Pinto de Almeida. Lisboa, 1866.

E. Raposo Botelho

Dívida de Lisboa. Artigo publicado por E. Raposo Botelho, no jornal «Diário da Manhã», de 20 de Janho de 1933, e em que se fala da tomada de Lisboa.

Dr. Eduardo Neves

Alphonso (El) d'el Caballero Francisco Botello de Moraes i Vasconcelos, pags. 325. Libro decimo. Argumento: Maere Don Martin Maniz en la puerta Boreál de Lisbóa

Coronel Henrique Campos Ferreira Lima

Memento dos Quadros da Historia de Portugal. Coordenados pelos professores de historia Chagas Franco e João Soares. Ilustrações de Roque Gameiro e Alberto de Sousa. Lisboa 1916.

Tomada de Lisboa (Ano 1147) in «Quadros Historicos de Portugal» por Antonio Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro 1847, pags. 123 e segs.

Tomada de Lisboa; Morte de Martim Moniz. In Galeria Pitoresca da Historia Portuguesa ou victorias, conquistas, façanhas e factos memoráveis da Historia de Portugal e do Brasil. Obra destinada à Mocidade Portuguesa e Braziliense, pags. 23 e segs.

J. M. Cordeiro de Sousa

A inserção da tomada de Lisboa na Sé Catedral, por J. M. Cordeiro de Sousa. Lisboa, 1932.

Norberto Anjos Gaspar Borges

Antiquidades. Artigo publicado por Alfredo Carvalhal na «Revista de Couros e Peles», xvi ano, n.º 356, e em que se faz referência à tomada de Lisboa, 1914.

Noticia sobre a ermida de S. Crispim e São Crispiniano. Artigo publicado na revista «A Sapataria Portuguesa», Ano II, n.º 22, 1891.

Tude M. de Sousa

S. Tade. Artigo publicado por Tade M. de Sousa, no jornal «Brados do Alentejo», de Estremoz, em 24 de Janho de 1934.

Esculturas

Museu Arqueológico do Carmo

Basto de El-Rei D. Afonso Henriques, e lápide com legenda.

Estatueta de pedra, escultura do século XIII.

Pertence ao Museu Arqueológico do Carmo, tendo vindo do palácio das Alcáçovas, em Santarém, no 3.º quartel do século XIX.

Quadros a óleo

Câmara Municipal de Lisboa

Quadro a óleo, que representa a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques. Dimensões 2^m,94 × 2^m,51 (altura).

Meiado do século XVII; autor desconhecido.

Estava na ermida de S. S. Crispim e Crispiniano, na Rua de S. Mamede, para onde foi transferido da antiga ermida da mesma invocação, que existia nas Escadinhas de S. Crispim.

Foi adquirido, há dias, pela Câmara Municipal de Lisboa, para o seu museu.

Desenhos, gravuras e litografia

Câmara Municipal de Lisboa

Conquista de Lisboa aos Mouros por D. Afonso Henriques.

Cópia do painel de azulejos, existente na igreja de S. Vicente de Fóra, feita pelo desenhador João Ricardo Silva, em 1935. Dimensões da cópia: 0^m,785 × 0^m,208.

Engenheiro Augusto Vieira da Silva

Vista de Lisboa, durante o cerco do exército aliado de D. Afonso Henriques com os cruzados, em 1147.

Gravura em cobre por Francisco Vieira, e acha-se junta ao frontispício da obra *El Alphonso del Cavallero Don Francisco Botello de Moraes y Vasconcelos* — Laca, 1716.

Dimensões: $0^m,16 \times 0^m,196$ (altura).

Próximo da cidade veem-se três acampamentos; o superior representa o de D. Afonso Henriques; o da direita e o da esquerda são os dos cruzados.

Vista geral de Lisboa, tendo no primeiro plano o rei D. Afonso Henriques, empanhando um montante.

Fôlha de propaganda da beatificação de D. Afonso Henriques.

Gravura em cobre, por O. Cor, em 1747.

Dimensões: $0^m,092 \times 0^m,145$ (altura).

Tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques. — Litografia de Santos, Largo do Conde Barão. 23.

Dimensões entre filetes: $0^m,28 \times 0^m,20$.

Manuel Vaz Ferreira de Andrade

Conquista de Lisboa.

Estampa em tricromia, desenho de Roque Gameiro, oficina da «Ilustração Portuguesa».

Dimensões: $0^m,358 \times 0^m,236$.

Está em pág. 8 do livro «Quadros da História de Portugal», coordenados por Chagas Franco e João Lopes Soares, e com ilustrações de Roque Gameiro e Alberto de Sousa.

Plantas

Engenheiro António Emídio Abrantes

Planta da cidade de Lx^a em q semos-
trão os maros de vermelho com todas as

Ruas E praças da cidade dos maros a dentro cõ as declarações postas em seu Lugar. Delineada por João Nunes Tinoco Architecto de S. Mg^{de}. Anno 1650.

Cópia da planta original que esteve na posse do General Easébio Pinheiro Furtado, gravada (litografada) e publicada na direcção geral dos trabalhos geodésicos do reino, em 1834.

Dimensões entre filetes da cercadara: $0^m,723 \times 0^m,547$ (altura).

Engenheiro Augusto Vieira da Silva

Planta terrea dos Edifícios q pertencem á R. Fazenda no Castelo de S. Jorge. Levantada em Julho de 1825.

Planta original desenhada em papel. Tem uma legenda com 79 números de referência. Dimensões da fôlha de papel: $1^m,28 \times 0^m,93$ (altura).

Castelo de S. Jorge. — Escala 1/500. Levantada em 30 de Junho de 1895, pelo tenente de engenharia José Joaquim Peres. Cópia em Marion do desenho original. Dimensões do papel $0^m,64 \times 0^m,62$. (altura).

Inscrições

Museu das Obras da igreja da Sé de Lisboa

Inscrição comemorativa da conquista de Lisboa. Decalque em gesso da lápida existente na parede da direita da Galilé da igreja da Sé. Dimensões $0^m,56 \times 0^m,51$, (altura). Deve ser do último quartel do século xiii, e o decalque foi feito pelo pintor e desenhador Bento Seia.

Inscrição comemorativa da conquista de Lisboa. Cópia em escala 1:2, da lápida existente na parede da esquerda da Galilé da igreja da Sé. Dimensões da cópia $0^m,28,5 \times 0^m,25,5$, (altura).

Diversos

Câmara Municipal de Lisboa

Foral dado por D. Afonso Henriques à cidade de Lisboa, em 1179. Fotografia, em escala natural, do foral original (também exposto), feita pelo fotógrafo João Alves Camacho. Dimensões da parte escrita 0^m,57 × 0^m,66 aproximadamente.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Alphonsas Henricvs. I. Rex Lusit.
Gravara em cobre de Lo Droeshout.
Dimensões: entre filetes da cercadura 0^m,121 × 0^m,150, (altura).

Representa D. Afonso Henriques de joelhos, e a aparição de Cristo crucificado, a quem o rei implora para estabelecimento do reino. Fôlha n.º 17 do livro manuscrito: Series Regum, et Principum Lusitanorum; iconibus illustrata, et coordinata mensibus aprilis, et maii. Anus Domini MDCCLXXXI.

Engenheiro Augusto Vieira da Silva

Diploma de Foreiras de Nossa Senhora do Parto e Congregadas do Mártir S. Sebastião junto à Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano. Diploma datado de 12-12-1869. Contém o registo da Senhora que se venerava na capela-mor da igreja de S. S. Crispim e Crispiniano. Litografia e impressão.

Dimensões do diploma entre filetes da cercadura, 0^m,198 — 0^m,31, (altura).

Do sítio de Nossa Senhora ao actual Largo da Ajuda

Conferência ao ar livre efectuada, por iniciativa do Pelouro Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, no Largo da Ajuda, na tarde de 10 de Novembro de 1935.

Certo dia, no douto espírito de um homem que nutre verdadeiro culto por esta Lisboa prezada, brotou idéa formosíssima que consistia em diligenciar afervorar o apêgo dos vários alfacinhas a seu cantinho urbano por meio de conferências ao ar livre realizadas *in loco* — conferências em que seriam evocados, tam sugestivamente quanto possível, quadros da história pregressa desse bairro, dessa freguesia, desse arruamento.

O illustre olissipófilo pressupunha que sua idéa não caíria em cesto roto, pois não só havia de ter bom acolhimento por parte da gente culta — a quem é sempre grato ouvir falar de tais coisas — mas também, e sobretudo, por banda da massa anónima que — fiel ao velho prolóquio fiador de que o saber não ocupa lugar — anda sempre, movida pelo bichinho da curiosidade, a meter o bedelho em tôda a parte, até

onde não é chamada, e que, quando não têm em que saciar sua inata avidez de conhecimentos novos, coscuvilha e se compraz em fazer devassas implacáveis acêrca do viver íntimo do próximo.

Claro está que não havia de contar-se com a adesão dos que têm notícia da existência dos campos de Aljubarrota, pelo facto do Nicolau e do Trindade adregarem de passar por lá todos os anos, a pedalarem furiosamente, puxando por si próprios, naquêles modernos torneios indígenas, verdadeiras epopeias do frete, que tanto contribuem para a *ovomaltinização* da sociedade e... para o aumento de tiragem dos jornais.

Outrotanto havia de acontecer àqueles que por nada dêste mundo deixam sua vida de come e dorme (a menos que lhes luza no horizonte possibilidade de digerir o que quer que seja), e também certos «espí-

ritos superiores» que, embora não saibam nada de nada, deprimem enfatuada e sistematicamente tudo quanto há.

É de ver, igualmente, que não acorreriam os que na quadra estival se entretêm, por essas praias limítrofes, a fazer concorrência aos lagartos, pondo-se de bôrco a estorricar ao sol, o mesmo sucedendo àqueles cujos conhecimentos de História Patria não vão além de meia dúzia de nomes, dois ou três acontecimentos e uma data célebre, mas que, em compensação, sabem de cór os nomes de todos os jogadores de bola que há no mundo e têm à cabeceira o retrato de seu predilecto, no mesmo lugar adonde, em tempos não remotos, costumava negrejar um Crucifixo.

Outrora os homens digladiavam-se por sua dama; hoje esmurram-se com sanha e insultam-se por via dos clubes a que pertencem.

Nesses tempos, a maior ambição de um português, era pugnar pelos interesses da grei e esforçar-se até o sacrifício por igualar os grandes capitães na valentia.

Hoje, o sonho doirado de qualquer mocinho consiste em jogar num dos grupos do Benfica e todos os seus esforços tendem para imitar no penteado, no modelo exótico dos bigodes e no talhe do fato... o mais famoso dos galãs do cinema estrangeiro.

Mas... descontentos todos êsses, ainda, graças a Deus, ficava muita

gente que buscasse instruir-se e saber da origem do nome de sua rua ou de seu sítio, e ter notícia do que por lá se passou noutros tempos.

A muita devoção da tal pessoa amparou, acarinhou, deu forma e aperfeiçoou mentalmente a idéa inicial, sempre na esperança de lhe poder dar realidade um dia, ponto é que tivesse ensejo.

...E o ano passado, Luiz Pastor de Macedo — que outro não foi de quem partiu a idéa — pôde realizar seu sonho e pôde verificar que sua expectativa não fôra iludida.

Quatro conferências tiveram lugar, e cada qual tratou de assunto diferente.

Delas tôdas, a que rompeu a marcha, e que me coube a honra de fazer, foi a que menor brilho alcançou.

Em meu entender, porém, de tôdas quatro foi essa a mais rica de intenções, porque em tôda ela vibrou sentimento irmão gêmeo do do iniciador da empresa, que foi, no fim de contas, quem não colheu os loiros dela.

Tôdas as atenções se concentraram nos conferentes, todos os elogios e aplausos fôram para êles e ninguém fez reparo em que era injusto não os estendendo a quem fôra alma e razão de ser do que se passára.

Penhorante convite fez que voltasse êste ano a ter praça assente na brigada dos conferentes.

E porque Pastor de Macedo já nada tem que vêr com o assunto, nem directa nem indirectamente, eu não posso, não devo e não quero deixar de relembrar a sua benemerente iniciativa e de testemunhar-lhe publicamente a minha gratidão de lisboeta até a medula dos ossos, ao mesmo tempo que rejubilo e me congratulo pelo facto de não ter ficado insulada e antes ter sido perfilhada e amorosamente prosseguida por seu digno sucessor no exercício do pelouro cultural do primeiro Município do País.

*
* *

Cumprido este dever de consciência, vamos ao que importa.

Tenho de contar-vos a história do lugar onde nos encontramos e que foi berço desta freguesia que, sendo a vossa, é também, de certo modo, a minha, pois nela vim ao mundo e fui baptizado vai em trinta e sete anos.

! Dificil tarefa!

Nanja porque me falem forças ou mingüe cabedal para a levar a cabo.

Não.

A dificuldade tem outra razão de ser: a crise de abundância.

É que a matéria é tam vasta que, por si só, dava e sobrava para um curso e um curso trabalhoso.

Mas para simples conferência, que as circunstâncias, para mais,

impõem que não seja extensa nem enfadonha, a dificuldade multiplica-se por via do embaraço da escola.

Há muito que dizer.

Há mesmo tudo, porque quasi nada é sabido de todos vós.

Antes de entrar em matéria, porém, quero apontar dois nomes à vossa consideração, nomes que são os de dois eruditos indissolúvelmente ligados aos estudos sobre a Ajuda.

Um deles há muito que está na terra da verdade; o outro está vivo e felizmente ainda cheio de viço, garantindo-nos assim a probabilidade do conhecimento, pela publicação, dos frutos de suas pacientes e minuciosas investigações de longos anos.

Ambos foram oficiais da antiga Biblioteca Real.

O primeiro chamou-se Rodrigo Vicente de Almeida.

O segundo é o Sr. Dr. Jordão de Freitas — actual e prestigioso Director da Biblioteca da Ajuda — e folgo sobremaneira de ter ensejo de, neste momento, poder testemunhar-lhe a minha muita consideração.

1

Júlio de Castilho, famoso autor da famosa *Lisboa Antiga*, era dono de um telescópio encantado que, em vez de aplicar-se ao espaço, tinha a rara possibilidade de, quando assessorado, permitir esquadriñar o tempo

e focar a época que a seu feliz possuidor apetecesse.

Foi graças a esse aparelho privilegiado que ele pôde descrever com tanta cor, tanto brilho e tamanha justeza, quadros sugestivos não só da velha capital, como ainda da remota Alisubo, da romana Felicitas Júlia e da moira Axbuna, cuja queda em poder de Afonso Henriques é objecto de narração pinturesca a mais não.

Também eu, ao cabo de grandes canseiras e de porfiadas buscas, logrei desencantar um desses instrumentos mágicos, mas — ¡ai de mim! — de alcance muito mais mesquinho que o do tal outro.

Não sei se por defeito da máquina, se por insuficiência minha, o certo é que, por mais que me afirme, nem sempre alcanço a vêr nítido.

Por isso não posso falar-vos com a clarividência do Mestre consumado.

Mesmo assim, porém, dar-vos-ei conta de algo do que tenho conseguido enxergar:

Para além do século xiv, as névoas são tam densas que não se lobra o palmo adiante do nariz, quanto mais coisa que jeito tenha.

Mas nos fins desse século, já não sucede o mesmo; divisa-se com clareza.

E ¡como tudo era diferente!...

A maior parte do espaço compreendido entre as ribeiras de Algés e de Alcântara era cultivado com esmero.

Que de pomares de espinho e de caroço havia pelas várzeas vizinhas do Tejo, no sopé das colinas cujas íngremes encostas — mercê das messes de trigo durázio precocemente amadurecidas pelo sol abrasador — parecem enroupadas de lhamas aurifulgentes.

Os olivais abundavam para os lados do Almotive e de Alcântara em cujas ribeiras o engenho humano dispusera com mestria açudes e represas, para aproveitar a corrente com força motriz de rudes lagares.

A vinha não rareava por essas vertentes e, no outono, dava gosto vêr, por entre as parras cobreadas, tentadores cachos sazonados de trincadeira — negros como tições — ou de arinto e de ferna pires — doiradas pinhas de contas de âmbar de primeira água.

O casario era esparso e raro.

Apenas junto da ribeira de Alcântara e nas cercanias da primitiva ermida do Restêlo se viam pequenos agregados de casas térreas que podiam dizer-se vilares.

Tirante essas como miniaturas de aldeias, só um que outro casalejo, perdido na verdura, alvejava aqui e além, muito caiado, branco de neve, emmoldurado por sua parreira de uvas ferrais ou escoltado por copadas e ramalhudas figueiras moscatéis.

Junto de cada qual vicejava sua horta amanhada a preceito. E era um regalo só de vêr-se, de manhãzinha, as camarinhas de orvalho

aljofarando as folhas das couves e das alfaces, afamadas em toda a redondeza e até mesmo na banda de além do rio.

Pelos altos, coroando os vários montes, ia verdadeiro enxame de moinhos de vento.

Era por estes lados que tinha assento a poética e rudimentar grande moagem da época.

Os caminhos, que levavam às portas da cerca fernandina, eram trilhados todo o santo dia por enfiadas de pachorrentos burros que, à voz amiga do moleiro, ou galgavam as íngremes ladeiras, carregados do grão bem dito, ou as desciam, com estrepitosas escorregadelas de ferraduras sobre o cascalho solto, conduzindo a farinha que seria depois o pão saboroso e sadio, quer dizer: exactamente ao contrário do que é hoje...

Toda esta labuta e o continuado vai-vem eram feitos ao som de lamentoso zunido — obra do vento nos búzios e nos púcaros de barro atados fortemente nos braços dos moinhos — e à vista do rodar incessante das velas enfundadas — corropio incansável e endemoninhado como o rodopiar dos bailarins da lenda...

...E assim foi muitos, muitos anos o aspecto externo destas léguas quadradas que formavam o reguengo de Algés de Ribamar.

Em data imprecisa, porém, não posso garantir se em comêços, se no meado, se nos derradeiros anos

do século de quatrocentos, sucedeu caso extraordinário que merece referência especial e muito particularizada.

Dois garotos — duas almas danadas — que nada parava quieto com eles! — costumavam vir por estes lados de guarda a umas cabras que apascentavam nos restolhos.

Como o sítio era ermo e eles se não compraziam em passar a manhã de papo para o ar, matavam o tempo em vários entreténs, quasi sempre armando aos pássaros, em quanto o gado pastava pelas proximidades.

Certo dia, apenas clareou o olhal do trinco, saíram de casa com a rede debaixo do braço e as gaiolas nas mãos, puseram pés a caminho e, todos prazenteiros, depois de deixarem as bichas em lugar farto de pasto e ao alcance da vista, enfiaram direitos ao ponto — escolhido de véspera — onde tinham predisposto a «bebida» com artimanha consumada, à sombra de uma oliveira.

Quando atingiram o termo da jornada ainda o sol não despontara e até as madrugadouras toutinegras dormiam regaladas sem dar sinal de vida.

Embevecidos, contemplaram sua obra, prepararam a rede, deram os últimos retoques e foram acoitar-se por trás de certa moita de estevas — ali posta mesmo ao pintar — antegosando as delícias de lauta jantara de passarinhos fritos.

E lá ficaram à coca, aguardando que qualquer pintassilgo matutino viesse à bebericar e a fazer suas abluções para, quando o apanhassem confiadamente entregue aos cuidados de toucador — ¡zás! — botarem-lhe a rêde por cima e irem de corrida a metê-lo na gaiola e a repor tudo como estava.

Não sei dizer-lhes, infelizmente, se a caçada foi rendosa ou se não.

Só sei que, a alturas tantas, ao raio de uma das cabras deu-lhe na tineta de se desviar do pascigo, tomar a direcção da ribeira e, em menos tempo que é preciso para dizê-lo, galgar a penedia de salto.

Vai senão quando um dos ca-traios, que a viu sair-se com uma daquelas, largou à carreira para ir agarrá-la e trazê-la para junto das mais.

Mas demorou-se tanto ou tam pouco que o outro, a certa altura, entrou de estar em cuidado e não teve mais remédio que deixar a rede e as gaiolas e ir a vér se o companheiro se teria aleijado ou partido alguma perna nas rochas.

Desceu o despenhadeiro de rastos e cheio de cautela e foi topar com uma grutazinha natural, escavada na penedia, de cuja existência ninguém tinha notícia.

Lá dentro, com o rosto a espelhar maravilhosamente o espanto que lhe ia na alma, estava o companheiro com os olhos fixos em pequena e linda imagem da Mãe de Deus.

O recém-chegado, fôsse por mais expedito, fôsse por menos impressionavel que o descobridor do prodigio, não se deixou contagiar pelo pasmo e chamou-o à realidade das coisas.

¡Já tinham que contar em toda a vida!

Apanhada a cabra, resolveram ir aos moínhos do Penedo a dar conta aos pais da alvoroçante descoberta que tinham feito.

E à tarde o milagre era conhecido em toda a redondeza e até mesmo em Lisboa, pois um que outro alviçareiro partira para lá a dar a fausta nova da Senhora Aparecida.

A gente apinhava-se dentro e fora da gruta.

Dois frades de S. Francisco da Cidade, que andavam à esmola, tinham promovido uma devoção em acção de graças.

Rezou-se com fervor à santa imagem que representava a Virgem sentada em pequena cadeira tendo o Menino Jesus no regaço.

Logo se fez voto de erigir ali mesmo uma ermidazinha em honra de Nossa Senhora, voto que não tardou em ser realidade.

Tantas e tam numerosas foram as graças obtidas por sua intercessão que, dentro em pouco, a imagem era conhecida pela linda invocação de *Nossa Senhora da Ajuda* e seu culto tomou grande incremento, dando aso à affluência de peregrinos, vindos da Côte e de

outros lugares do Termo, a trazer-lhe seus óbulos, a pagar-lhe suas promessas, a fazer-lhe suas orações votivas com fervor.

Como consequência d'este facto prodigioso surgiram as primeiras edificações — de começo simples barracas de madeira e colmo, ao depois casinhotos de taipa e de alvenaria cobertos de telha.

Era a casa do capelão, eram vendas onde os peregrinos podiam refrescar-se e retemperar suas forças para as fadigas da viagem de retorno.

A ermida levantou-se sensivelmente no lugar onde está o quintal daquela casa de azulejo que além se vê, na esquina septentrional da travessa da Ajuda.

As outras construções ficavam-lhe forçosamente perto.

E o novo vilar entrou logo de ter nome...

.....

Eis como nasceu, muito provavelmente em meados do século xv, o *Sítio de Nossa Senhora da Ajuda*, ascendente directo do local onde nos encontramos reunidos.

II

Frei Agostinho de Santa Maria diz, no *Santuário Mariano*, que o poder divino, por intermédio desta santa imagem, começou a operar infinitos milagres e portentosas maravilhas, pelo que, em breve

tempo, este pequeno templo deveu célebre em Lisboa e seus contornos.

A prova mais concludente da veracidade da afirmação do bom do frade Grilo é que, antes de meada a centúria quinhentista, a primitiva ermida foi deitada a baixo e em seu lugar se construiu outra maior, de portal virado ao nascente, a qual, volvidos poucos anos, passou a ser sede de nova freguesia.

A devoção a Nossa Senhora da Ajuda florescia com amor.

Graças ao telescópio de que vos falei há bocadinho, pude presenciar algumas scenas curiosas, aliás probatórias de como todas as classes sociais se irmanavam nêsse culto fervente.

Aos sábados — dias de Nossa Senhora — as visitas ao santuário eram verdadeiras romarias.

Havia gente da Corte, vinda dos lados onde, depois, se edificou a vetusta ermida de Santo Amaro. Eram nobres, cortezãos, mareantes, religiosos, mesteiros e gente humilde.

Alguns desciam dos montes trazendo suas ofertas. E eram lavradores, moleiros, pastores, ganhões, gente rústica.

Outros, por fim, formigavam encosta arriba, idos do antigo Restêlo, já conhecido pelo nome de Belém. Eram pescadores, remolares, calafates e até gente vinda em faluas da margem de além.

O seguinte quadro, que tive a sorte de surpreender num desses

sábados, é digno da vossa atenção; por isso vo-lo refiro.

Certa tarde branda de primavera sai da porta do cêrco dos frades jerónimos luzido cortejo e toma a direcção da azinhaga que conduz a estes lados.

À frente, montada em nédia mula de silhão que um estribeiro leva de rédea, vem uma senhora entrajada de nójo e envelhecida mais pelos desgostos que pelos anos.

Seguem-lhe no encalço alguns frades e gente de sua casa e de sua criação, entre a qual avultam formosas damas e graves donas.

Vão todos a pé.

Basta atentar «no aspecto magestoso e naquele real lustre que era causa da admiração de todos» em seu tempo para se saber quem é a personagem que vai cavalgando.

É a excelsa Rainha Dona Catarina — futura instituidora da maior das Mercearias de Belém — viúva del-Rei D. João III.

Entre as damas que lhe vão na piugada figuram algumas das belidades da época: a linda Dona Violante de Noronha; a loira Dona Catarina de Eça; a filha dos condes da Castanheira, Dona Ana de Ataíde; a célebre Dona Leonor Coutinho, que foi condessa da Vidigueira; a mais que todas famosa Dona Francisca de Aragão, futura condessa de Mayalde e inspiradora de paixões cujos ecos chegaram a nossos dias.

E o cortejo vai seguindo sempre, gravemente, procèssionalmente, ao cadenceado passo da mula branca, vencendo a ladeira que vai de Belém para o Penedo.

Eis que corta agora para o nascente e enfia direito ao santuário.

Junto dêste produz-se certo reboliço entre os circunstantes, mal avistam a Rainha e seu séquito. Cada qual corre pressuroso a tomar lugar nas bermas do carreiro para, de joelhos, saúdar a bondosa e caritativa viúva do Piedoso.

E é por entre alas de súbditos reverentes que a comitiva desfila, em direcção à capelinha, ao som dos lamentos exagerados e dos rogos choramingados de verdadeira praga de mendigos impetrando a esmola que sabem certa.

Atingida a meta, o escudeiro e outro criado nobre ajudam a irmã de Carlos V a apeiar-se do silhão.

Depois, todos descem para o adro, enveredam para o templo, cujo portal cruzam, e vão acompanhar a última filha de Joana, a Doida, na reza de umas tantas corôas em honra da Virgem.

E Nossa Senhora da Ajuda, por trás do vidro de sua preciosa maquina, acolhe essas orações em seu louvor com o mesmo sorriso de bênção com que já acolhera, anos antes, as devotas preces de dois padres da Companhia, padres que, mais tarde, haviam de subir aos altares como prémio de seu zelo pela Fé — o grande S. Francisco

de Borja e o incomparável apóstolo das Índias, S. Francisco Xavier.

III

A corrente devota, o incremento consequente das navegações e «o salutar e aprazível do lugar», no dizer castiço do padre Carvalho da Costa, concorreram para aumentar a população destas partes.

Fidalgos das primeiras qualidades do Reino fizeram casas, ou estabeleceram quintas nobres, por aí, em terrenos foreiros à Corôa.

Um deles foi o conde de Sabugal em cuja casa andava o alto cargo de Meirinho-mór.

Porque o sítio era alto e com alegre vista para qualquer dos pontos cardeais, aforcou terrenos ao poente do *Sítio de Nossa Senhora* e neles edificou casas nobres que, com o andar dos tempos, vieram a cair na casa de Óbidos e foram, por fim, compradas por el-Rei D. João V.

Estes sítios viram amiudadas vezes o Magnânimo que, com sua faustuosa Corte, cruzava o vasto terreiro desnivelado quando, por quentes tardes de Agosto, vinha a repeter-se à sombra do arvoredor secular, ou a descansar das fadigas de um dia inteiro de comocionante caçada aos gamos e javardos, na vizinha Tapada, com horas seguidas de galopar constante por entre verdadeira babel de ruídos, resultante do vozear dos batedores, dos

ladridos das matilhas e dos atreadores toques de trompa dos monteiros.

Findo o repasto, era de ver-se o maravilhoso aspeto das salas — hoje servindo de quartel da 5.^a Companhia da G. N. R. — com centenaes de velas acesas, reflectindo nos espelhos e iluminando o esplendor dos razes e dos doirados, em-quanto cada qual, refeito da canseira, contava as peripécias do dia com vivacidade e folgazania a que, porventura, não seriam de todo estranhas as libações copiosas...

Às vezes, raras, havia ópera.

Quási sempre, porém, havia serenim em que os dedos privilegiados de Carlos de Seixas, ou a arte consumada de Domingos Scarlatti, faziam prodígios no cravo.

E era certo que, antes de todos recolherem a penates, havia baile em que esbeltos pares, com elegância requintada, ao som dos rabecas da Capela Real, adrede convocados, evoluçionavam dextramente em complicadas danças — gavotas e minuets — que encantavam só de vê-los.

IV

Na manhã de Todos os Santos de 1755 a terra tremeu horrendamente.

Os sinos da frèguesia tocaram por si sós e toda a gente saiu de casa espavorida, implorando a misericórdia divina e a protecção da corte celestial.



Descendo a Travessa da Ajuda e tomando pelo carreiro que segue para a Rua do Cruzeiro, chega-se ao Vale da Sacôta...

Foto E. Portugal.



Outro aspecto do Vale da Sacôta

Foto E. Portugal.



Consequências de cento e cinquenta anos de abandono...

Foto E. Portugal.



A Torre do relógio exhibe ainda as cicatrizes
que lhe ficaram
da amputação do edificio da Patriarcal

Foto E. Portugal.

Abrandado o susto, começou de notar-se o êxodo dos habitantes de Lisboa e por eles se soube que incriveis proporções o cataclismo assumira na Capital do Reino.

E à noite, emquanto no céu reverberava o imenso clarão provocado pelos incêndios que devoravam a cidade, só se ouviam os choros e as lamentações dos foragidos que tinham perdido tudo, de mistura com as acções de graças tributadas pelos ajudenses a seu orago, por ter privilegiado esta zona.

Todos sabeis o que se seguiu.

A Côrte foi transferida para aqui. E como el-Rei, tomado de pavor, jurasse não mais habitar em casas de pedra e cal, procedeu-se à construção do imenso palácio de madeira que, situado ao norte do chamado Paço Velho ao depois, se estendia desde a Calçada do Galvão até cerca da fachada do actual.

A fisionomia do *Sítio da Nossa Senhora* transformou-se então por completo.

A entrada principal do Paço Novo — que ficava dêste lado (*nascente*) — obrigou a fazer a nivelação dos terrenos.

O vasto terreiro foi cortado por via da edificação da nova Capela Real (também de madeira) e da galeria da sua comunicação para palácio.

O aspecto geral e a vida local mudaram inteiramente, quasi voltaram pés com cabeça.

O sítio de popular deveio nobre. O casario aumentou a olhos vistos.

Os moradores, que eram quasi todos gente da lavoura, passaram a ser cortezãos, beneficiados e músicos da Capela Real.

A Quinta Nova foi adquirida por D. Lucas Giovine (mestre de música, que fôra, da Rainha Dona Mariana Victória, ainda quando Princesa do Brasil) e veio mais tarde a servir para instalação do Seminário da Patriarcal.

Liteiras, seges, coches e estufins passaram a cruzar o terreiro a toda hora e instante.

Onde até então houvera só modestia e recato, passaram a reinar a pompa e a grandeza.

Todavia, lá de longe em longe, tudo se transformava e o *Sítio* voltava a revestir cunho acentuadamente popular.

Numa dessas ocasiões — em determinado domingo de Setembro de 1769 — houve festejos de arromba em honra de Nossa Senhora do Cabo.

Estas festas eram sempre mais estrondosas e apreciadas que outras quaisquer, porque só tinha lugar na mesma frêguesia quatro vezes em cada século — de vinte e cinco em vinte e cinco anos.

A sua magnitude era tal que as idades da arraia miuda se reportavam, por via de regra, a esse acontecimento.

Para se entender que Fulana já não era nova, bastava dizer-se que

tinha visto três círios da Senhora do Cabo.

Naquêlê ano as festas ficaram célebres.

O juiz era o Príncipe D. José — que tinha nove anos e era o benjamim de toda a gente — mas seu augusto avô foi quem correu com toda a despesa de seu real bolsinho.

Para que possa aquilatar-se facilmente da magnificência da festa, basta dizer-se que — quando, por volta da quinta feira da Ascensão de 1770, o círio foi festejar a Senhora ao santuário do Cabo Espichel — só no bodo foram repartidos 1 dezasseis bois inteiros!

A entrada da Senhora foi um deslumbramento.

!Uma coisa nunca vista!

Todo êste imenso recinto estava engalanado a primor, segundo risco de um dos excelentes scenógrafos do Teatro Régio.

Não havia janela de que não pendesse colcha, mais ou menos suntuosa consoante as posses dos moradores.

Os festões de verdura de buxo e de murta, marchetados de sardineiras e de gerânios, dispostos com mestria, produziam efeito de maravilha.

Era tamanha a concorrência de devotos — alguns vindos até do coração do Alentejo! — que alfinete que adregasse de soltar-se não acharia maneira de chegar ao chão.

Havia de tudo nêsse transbordante mar humano que se compri-

mia aguardando a chegada do círio:

Lavradores e èguariços, algarves dos bergatins e das galeotas, almo-creves e escravos de côr — negros, pardos e chins — que atestavam a extensão dos nossos domínios; cavadores de enxada e soldados de vários regimentos, cabouqueiros, saloias de carapuço, boleeiros cambaios e arreeiros praguejentos; gente do mar, velhas de capote e lenço, oficiais de mestér e vendilhões de coisas várias; garotos endiabrados, moços de estribaria, alveitares, cirurgiões, tendeiros e boticários; oficiais das Secretarias, gente das Alfândegas, da Saúde, do Dezbargo do Paço e da Mêsada da Consciência; criados graves e de escada abaixo; mendigos andrajosos e repelentes; aleijões de toda casta; corregedores, alvazis, letrados e mestres de meninos; frades e leigos de todas as religiões; donas empertigadas; comadres e sangradores — !eu sei! — o poder do mundo, tudo a esmo, tudo de envôlta, tudo de cambulhada, em promiscuidade impossível noutra ocasião.

Eram de todas as idades — desde os trôpegos e alcachinados pelos anos até a garotagem desenfreada que fura, que pisa, que acotovela e que trepa, ousada e porfiadamente, na mira de conquistar lugar empo-leirado que supra pela iminência o que lhe mingua na estatura.

Eram de todos os estados físicos — desde os sãos e escoreitos e os

achacosos accidentais até os deformados pela natureza, pela desgraça ou pela malvadez — coxos, marrecos, cegos, manetas, mancos e zanagas.

Vestiam de todas as côres, de todos os tecidos e de acôrdo com todas as modas — desde a mais antiga, sobrevivente em trajo de ver-a-Deus herdado de alguma avó, até a última palavra do côrte saída das mãos hábeis do Ferreira, alfaiate em Belém; desde o burel do hábito franciscano até a seda lavrada do vestido de qualquer dona; desde o capote de certo pobre de pedir, constelado de remendos dos mais irreconciliáveis tons, até a vistosa jaqueta escarlata da libré dos remadores dos Marialvas, ou a blusa amarelo-gema-de-ovo de alguma guapa mocetona de Monsanto.

Êste formigueiro humano, contido pelos soldados do regimento de lippe e pela Guarda Real dos Archeiros, borborinhava como vespeiro à torreira do sol em-quanto os vendilhões apregoavam os produtos de seu negócio pingue: água fresca e orchata — excelentes para dessedentar a goela; alcomonia, alfêoa e gergelim — confeiçoados por exímias pretas fôrras e delícia da miudagem; pevides de abóbora, fava frita, amendoim torrado e tremoço saloio — próprios para ir entretendo a debilidade.

Junto da escada, que descia para o adro da Igreja e para o cemitério da frêguesia, esperavam a chegada

da Senhora, precedidos da cruz metropolitana, o Eminentíssimo Cardeal Patriarca (de capa magna de riquíssimo sebasto bordado e mitra preciosa cravejada de esmeraldas) e tôdas as dignidades de sua Santa Igreja — principais (também mitrados e revestidos de pluviais de lhama doirada), beneficiados e capelães cantores, e mais os frades jerónimos e os do vizinho convento de Nossa Senhora da Boa Hora e Santa Rita.

Do lado oposto, estavam Sua Magestade Fidelíssima e toda a Côrte, de grande gala.

Enquadrando a figura corpulenta e um pouco obesa del-Rei viam-se: a Rainha Dona Mariana Victória, a Princesa do Brasil, futura Dona Maria I, seu marido, o Infante D. Pedro, as outras três Infantas — salientando-se por sua beleza peregrina Dona Maria Benedita — o Sr. D. João da Bem-posta, a Camareira-mór, o Marquês-barão, todos os altos cargos palatinos, entre os quais sobressaía o vulto magro e esguio do famigerado Secretário de Estado, conde de Oeiras — dali a pouco feito marquês de Pombal — ostentando a «negrinha», insígnia do cargo de Mordomo-mór.

Ê impossível dar idéa, por pálida que seja, do deslumbramento produzido pelos raios solares brilhando nos galões das fardas, reverberando nos oiros das mitras, fulgindo nas lhamas das alfaias,

coruscando e reflectindo nas esplendidas alabardas, caramelejando no caiado das frontarias, realçando o matizado polícromo dos vestidos de tons garridos e variados.

¡Só visto!

A frente de todos, o Príncipezinho D. José, muito lindo, todo de branco — cabeleira empoada, casaca bordada a matiz de tons esmaecidos com botões de opala, gravata de rendas de Malines finas como teias de aranha, sapatos de fivelas de diamantes — muito empertigado, muito senhor de si e de seu papel de juiz, empunhando a vara de prata maciça, com quási o dobro de seu tamanho, via aproximar-se a luzida cavalgada a cuja testa vinha o nobre marquês de Marialva — o mais famoso de quantos calções têm sido celebrados em nossa terra — cavalgada que precedia a berlinda em que, desde Rio de Mouro, vinha a imagem da Virgem que mais culto e mais devoção usufruía em todo o Termo, e na piugada dela, em coches del-Rei, os «anjos» — que haviam de entoar as apreciadíssimas lóas — o pároco José Joaquim Galhardo e muitos outros eclesiásticos, sacristais, meninos de côro e faquinos.

Quando — ¡alfim! — a cavalgada desembocou no extremo norte do largo, foi tamanho o alarido que parecia o fim do mundo.

Repicaram os sinos doidamente, estralejaram intermináveis girândolas de foguetes (manipulados nas

oficinas da ribeira de Alcântara), soltaram-se pombos, emquanto ao longe se ouvia o troar dos canhões da torre de Belém e de duas fragatas ancoradas no surgidoiro, salvando em honra da recém-chegada.

Mas quando a berlinda com a pequenina imagem passou por entre a mole da gente, então foi o delírio.

Todos perderam a cabeça, até os mais circunspectos.

Das janelas do Paço caía verdadeira chuva de pétalas e de confeitos, ao passo que por todo o terceiro se acenava com lenços e chapéus apoteoticamente.

¡Eram dezenas, eram centenas, eram milhares de lenços agitados com frenesí, adejando por sobre aquêle imponente oceano de cabeças!

¡Eram vivas e vitoriosos clamorosos e entusiásticos!

¡Era a loucura!

¡Todos enrouqueceram à fôrça de victoriar Nossa Senhora do Cabo e de viver o Príncipe seu Juiz!

¡Santo breve da Marca!

¡Parecia o dia de Juizo!

.....

E esta alegria sã e irreprimível radicava-se nas almas de todos e apossava-se delas até o ponto de poderem confraternizar o dia inteiro na mais completa nivelação que dar se pode.

Esta alegria pura e comunicativa não a podemos nós avaliar hoje porque já não existe.

Morreu pouco depois, quando os homens deixaram de estar irmanados na mesma Fé e começaram de dissociar-se, dividindo-se e agrupando-se ao sabor de ideologias e de corrilhos, que semearam rivalidades, que fizeram brotar ódios e que mataram na alma portuguesa a alegria que a caracterizava e era a inveja dos estranhos.

V

Na véspera de S. Martinho do ano da graça de 1794 — faz hoje precisamente cento e quarenta e um anos — o fogo ateou no palácio de madeira e em poucas horas transformou em imenso braseiro tôda a parte oriental.

Em todos os campanários soaram as trinta e tantas badaladas anunciando incêndio na freguesia da Ajuda.

Mas, a pesar dos esforços invidados, a ala do palácio ardeu de lés a lés.

As obras para a construção desta mole de pedra que está por trás de mim começaram imediatamente depois.

Dois anos e meio antes — em Maio de 1792 — a Santa Igreja Patriarcal, que andara de Herodes para Pilatos desde o terramoto grande, viera instalar-se na Capela Real de madeira, onde se realizaram obras de ampliação e de apropriação.

Construiu-se a torre sineira em pedra lioz (a que depois se juntou

o relógio) e o seu carrilhão repicou festivo a vez primeira aos 29 de Abril de 1793, a quando do nascimento da Princesa da Beira, Dona Maria Teresa, filha dos Príncipes do Brasil, D. João e Dona Carlota Joaquina.

Entramos no século XIX que uns elevam às núvens, chamando-lhe das luzes, e outros põem de rastos, alcunhando-o de estúpido.

Pode ser que essa centúria tenha merecido ambos epítetos lá por fora.

A de dentro das nossas fronteiras o qualificativo que melhor lhe quadra foi-lhe dado por um homem insigne, que morou muitos anos além naquela casa e foi bibliotecário régio e fugaz presidente de uma vereação do efêmero concelho de Belém.

Esse homem, escritor dos melhores que Portugal tem tido, foi vítima da sua época e a sua existência amargurada passou-se na luta constante de um coração grande e generoso e de uma alma lídima e modularmente portuguesa contra uma formação mental eivada de preconceitos e uma inteligência sua escrava.

Contrasenso vivo, esse homem, quando soldado, contribuiu de armas na mão para dar a última machadada nas periclitantes instituições tradicionais e veio depois a ser estrênuo paladino de sua res-
tauração.

Chamou-se — já o adivinhastes — Alexandre Herculanô de Carvalho e Araújo.

Pois foi Alexandre Herculano quem definiu com imensa e compungida amargura, lapidarmente, como ninguém, o que foi o século de oitocentos entre nós.

No prefácio de *O Monge de Cister* chamou-lhe o século de bota-a-baixo e vaticinou — ¡ ainda êle não ia em meio! — que o seu legado monumental seria um cemitério imenso; mas cemitério sôbre o qual não se elevaria sequer a humilde distinção de uma cruz.

Noutro escrito, roborando aquêlê luminoso epíteto, acusa-o de ter sido o século que derrubou monumentos e converteu em latrinas ou em tabernas os lugares consagrados pela História ou pela Religião.

A primeira invasão francêsã teve como consequência lógica, a retirada da Família Real para o Brasil, única maneira de frustrar eficazmente o desejo de assenhoreamento planeado por Napoleão e secretamente apoiado por alguns chamados portugueses de então.

Nessa retirada, que um conjunto de circunstâncias forçou a ser feita com precipitação, teve origem a decadência dêste local.

A Patriarcal, que ainda lhe emprestava algum lustre, entrou também de agonizar e, passados poucos anos, reatando sua ciranda, abalou daqui para a antiga Sé, ao Limoeiro.

Entretanto, a primitiva Igreja paroquial ameaçou ruína.

Não houve dinheiro para a consertar e a sede da freguesia foi a

instalar-se na igreja que fôra dos frades agostinhos da Boa Hora.

Não tardou que a fábrica de madeira da Patriarcal apodrecesse de todo e houvesse de ser demolida.

E a derrocada da velha capela, erigida no lugar onde os cabreiros haviam topado com a imagem da Senhora Aparecida, de que proveio o nome ao *sítio*, não se fez esperar.

Reduzida a pardieiro sem nome, vendida em hasta pública, num inverno rigoroso, depois de consecutivos dias de temporal da barra, subverteram-se-lhe os telhados e ficaram só as paredes a atestar o vandalismo do tempo e a maldade e a ingratidão dos homens.

O arco do cruzeiro resistiu longos anos de pé, mas o recheio foi sendo saqueado aos poucos, a pontos de não se saber que foi feito do portal gótico por onde se entrava.

E ¡ tudo se foi!...

A torre do relógio, isolada além, no meio do largo, exibindo ainda as cicatrizes fundas que lhe ficaram da amputação do edificio da Capela Real, e a irregularidade do terreno em sua volta, são os vestígios de um passado de grandeza e ao mesmo tempo testemunho eloquente da nossa incúria e do nosso despreendimento pelo que é nosso e a que não temos o menor apêgo.

Para em tudo ser diferente, o século XIX até trouxe a êste sítio o que êle nunca tinha presenciado: o motim e a revolta em nome de interesses mesquinhos.

Na noite de 18 para 19 de Maio de 1870, o marechal duque de Saldanha fez das suas neste lugar, enchendo de pavor os bons dos moradores do largo da Ajuda, com as descargas do 7 de infantaria.

VI

E, a não ser por ocasião de festas de gala e de beija-mão no tempo de el-Rei D. Luiz, o largo da Ajuda passou a ser coisa morta—a Rua do lá vem um...

Há cerca de sessenta anos ainda se animava lá de vez em quando, mórmente em sábado de Alêluia e pelo Entrudo.

Nêste, era o clássico batalhão da Ajuda que desfilava e era também o habitual «sermão» no pátio do Palácio, prêgado em honra das Magestades e Altezas, pelo José Augusto dos Sermões—um pobre diabo com certa graça que foi notável como cantador de fado e que era irmão do cortador Mofirra, encarregado de um talho que havia na Calçada, à esquina da travessa do Buraco, e celeberrimo por suas proezas gastronómicas—era capaz de comer um alguidar cheio de sardinhas e de beber um almude de água-pé de sol a sol!...

José Augusto era um tipo popular dêstes sítios, conquanto não fôsse paroquiano da Ajuda, e costumava fazer as discursatas numa espécie de púlpito armado numa carroça.

Em sábado de Alêluia eram as queimas dos Judas e o entêrro do bacalhau—última sobrevivência dos entremeses populares—em que um grupo de figurantes — o magarefe, o forçureiro, o cortador e outros que tais — se constituíam em tribunal e sentenciavam à pena última o bacalhau — personificado por certo latagão com um peixe sêco posto a tiracolo — para se vingarem de seu império de quarenta dias e festejarem o reatamento do negócio de carnes, reduzido a quási nada durante a quaresma.

Mas, fora disso, o largo da Ajuda já era o que é hoje.

Só os raros transeuntes eram outros.

Um que o cruzava com frequência era o moço de ordens do Príncipe D. Carlos — Miguel Adrião — que morava ali na Calçada, acima do Jardim Botânico.

Era alto, de boa figura e grande calção.

Dava gôsto vê-lo cavalgar no «Saturno» — lindo animal que parecia uma estampa.

Êle e a montada constituíam um bloco.

Usava calça muito justa à perna, bota de saltos de meia prateleira, chapéu de aba direita e, nos dias de vêr a Deus, jaqueta com alamares de prata.

Fôsse para onde fôsse nunca largava de mão uma chibatinha curta.

Diziam-no filho do Senhor D. Miguel.

¿ Verdade ?

¿ Mentira ?

— Não sei...

O certo é que havia quem garantisse que uma vez, indo o Sr. Infante D. Afonso caminho da cocheira, para lá deixar o cavalo em que fôra dar uma volta pela serra, encontrara a alturas tantas o moço de ordens, muito perfilado, de chapéu na mão.

Ao passar por êle, com aquêl ar brincalhão e o à vontade que o tornaram célebre, o Sr. Infante disse-lhe:

— Sua bênção, meu tio.

...E o bom do Miguel Adrião, na sua voz grossa e inconfundível, ter-lhe-ia respondido com respeitosa gravidade:

— Deus o faça um santo, meu sobrinho...

*

* *

Outro que por aqui passava a-miúde era a antítese perfeita do garboso cavaleiro, fiel e dedicado servidor.

Também era alto, mas sêco de carnes e usava óculos de vidros rectangulares.

Andava quási sempre de capa, calçava botas de salto exageradamente alto e trazia as viras das calças debruadas com cabedal pela banda de trás — dizia êle que por causa da lama.

Era um tipo estranho cujo ridículo aumentava mercê de certo

chapéu muito pequenininho que punha na cabeça.

Tinha-se em conta de grande literato mas, em verdade, as suas crónicas eram pábulo da risota de toda a gente.

Chamava-se Jaime José Ribeiro de Carvalho e à sua custa se divertiu a Ajuda em pêso há coisa de cinquenta ou sessenta anos.

Autor de «vários e originaes opúsculos sôbre moral e hygiene», Jaime Zé — como lhe chamavam para o arrelhiarem — tirante as fumaças literárias era inofensivo.

Tinha azar de morte ao general Cláudio de Chaby, a um tal sargento Santos — «o Santos Pencudo» — que era amanuense do general e passava os ócios no armazém de vinhos do «Cadaval», e ao Nogueira farmacêutico. Considerava-os como seus principais «inimigos».

Em seu conceito Alexandre Herculano não passara de simples copista...

A mania das letras estava tam radicada nêle que por cláusula testamentária expressou o desejo de ir a enterrar com uma pena de pato na mão direita e um livro aberto na esquerda.

...E a sua última vontade cumpriu-se à risca.

Foi meu pai quem alcançou a pena, a aparou e... até a molhou em tinta de escrever para que a derradeira disposição do pobre escriba fôsse respeitada mesmo no mais insignificante pormenor.

VII

E' tempo de terminar visto que está resenhada a história d'este lugar.

Consenti, porém, digníssimos vereadores, que feche minha desataviada arenga apresentando um alvitre e dirigindo-vos um apêlo.

O século passado para em tudo ser de bota-abaixo até desviou Lisboa do eixo natural de sua expansão.

O século passado para em tudo ser destruidor até conseguiu que Lisboa voltasse costas ao Tejo, a êsse rio magnífico cujo estuário foi sua razão de ser e tornou possível que deviesse um dia o maior empório do mundo.

Actualmente o Tejo não se avista de Lisboa e só de raros pontos, e passageiramente, se vê de longe.

Apenas em Santa Luzia — obra recente — lhe podemos estar sobranceiros, mas aí não tem o rio tradições de qualquer espécie.

Pois aqui bem perto, aqui mesmo ao lado, no lugar onde se debruçam em arriscados equilíbrios uns quantos pinheiros desajeitados e meio-apodrecidos, disfruta-se panorama surpreendente sobre a bacia e a barra do Tejo, desde para lá das alturas de Santo Amaro até a filipina torre da Cabeça Sêca (*Bugio*).

Em baixo, o mosteiro dos Jerónimos — embora sacrilegamente mutilado e desfigurado pelo mau

gosto e pela irreverência da segunda metade do século XIX — e a maravilhosa torre de S. Vicente autenticam passado de glória.

Em tardes outoniças, quando d'além se vê reverberar a água do magestoso rio e as núvens se acastelam no horizonte tomando configurações fantásticas, parece que, em visão que empolga, se enxergam ainda as caravelas e as náus de antanho que vão — de velas pandas e sangrantes da cruz de Cristo — sulcando as águas para a espinhosa e admirável faina de «dar novos mundos ao mundo», para a sacrossanta e formosíssima missão de «dilatar a Fé e o Império».

De nenhuma outra parte é possível tal evocação.

Por certo já haveis entrevisto em que consiste meu alvitre.

E' que trabalheis para que além se faça um miradoiro, que seria o mais lindo ponto de vista da cidade e o mais português de todos eles.

O apêlo é — creio-o — fácil de atender e muito simples.

Reduz-se a isto:

Que se comece a reparar em que a área da antiga freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Belém, extramuros de Lisboa, também é habitada por gente civilizada e que paga suas contribuições tam pontualmente (e talvez tam quantiosamente) como a do coração da capital.

Para que V. Ex.^{as} possam, num relance, compenetrar-se da justiça

que assiste aos moradores destes lados, onde ainda todas as manhãs a carroça das imundícies faz seu giro na recolha dos despejos caseiros, não têm que andar muito.

Basta que vão além, desçam a Travessa da Ajuda e tomem pelo carril que encurta o caminho para o Cruzeiro.

Quando chegarem a meio, dêem-se ao incómodo de parar.

Então aspirem bem aquele cheiro nauseabundo, verifiquem com seus próprios olhos como tudo aquilo é nojento e impróprio de vila de quarta ordem, quanto mais da capital, e ainda por cima a dois passos do Palácio onde o Chefe do Estado dá suas festas.

Pois está assim há cento e cinquenta anos.

Já era aspiração antiga quando foi da extinção do concelho de Belém e a área de Lisboa galgou por aí fora até Algés.

Tende a bondade de dar ouvidos a meu apêlo e ide lá ver o que vos aponte, porque estou certo de que, na primeira reunião que efectuareis, haveis de tomar providências para que o ponto final naquela vergonha seja um facto.

...E ficai seguros, zelosos vereadores do Senado da Câmara que, se o fizerdes, bem merecereis de todos os habitantes destes lados, os quais, tenham os defeitos que tiverem, nunca puderam ser acusados de enfermar de um, aliás vulgaríssimo — o da ingratidão.

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO.

DADOS ESTATÍSTICOS

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

Movimento de leitores em 1935

Mêses	BIBLIOTECAS												Total mensal nas quatro Bibliote- cas
	Central (Palácio Galveias)			2.º Bairro (Largo da Escola Municipal)			Alcântara (Avenida 24 de Julho)			Poço do Bispo (Palácio da Mitra)			
	Leitura			Leitura			Leitura			Leitura			
	Diurna	Nocturna	Total do mês	Diurna	Nocturna	Total do mês	Diurna	Nocturna	Total do mês	Diurna	Nocturna	Total do mês	
Janeiro.....	893	497	1.390	987	413	1.400	925	610	1.535	780	566	1.346	5.671
Fevereiro	965	517	1.482	1.129	343	1.472	761	479	1.240	692	431	1.123	5.317
Março	970	521	1.491	1.179	371	1.550	1.145	556	1.701	788	436	1.224	5.966
Abril	1.231	793	2.024	976	509	1.485	1.002	724	1.726	740	444	1.184	6.419
Maio	796	669	1.465	1.209	699	1.908	1.250	734	1.984	745	563	1.308	6.665
Junho	714	535	1.249	1.157	552	1.709	1.185	448	1.633	592	466	1.058	5.649
Julho	1.188	763	1.951	1.625	1.088	2.713	1.166	783	1.951	641	704	1.345	7.960
Agosto	1.523	785	2.308	801	757	1.558	948	687	1.635	586	749	1.335	6.836
Setembro (a)	877	509	1.386	—	—	—	—	—	—	488	570	1.058	2.444
Outubro	783	503	1.286	1.272	746	2.018	1.393	830	2.223	429	269	698	6.225
Novembro	780	404	1.184	1.768	683	2.451	1.932	826	2.758	476	238	714	7.107
Dezembro	1.193	508	1.701	1.322	562	1.884	1.454	660	2.114	370	282	652	6.351
Totais por leituras	11.913	7.004	—	13.425	6.723	—	13.161	7.339	—	7.327	5.718	—	—
Totais por Bibliotecas	18.917			20.148			20.500			13.045			
Total geral	72.610												

(a) — As Bibliotecas do 2.º Bairro e de Alcântara encerraram durante o mês de Setembro para limpeza e beneficiação das espécies.

Movimento de leitores em 1935, distribuídos por profissões

Bibliotecas	Comerciantes e Industriais — Leitura		Estadantes — Leitura		Funcionários públicos — Leitura		Militares — Leitura		Operários — Leitura		Profissões liberais — Leitura		Outras profissões — Leitura		Totais — Leitura	
	Diurna	Nocturna	Diurna	Nocturna	Diurna	Nocturna	Diurna	Nocturna	Diurna	Nocturna	Diurna	Nocturna	Diurna	Nocturna	Diurna	Nocturna
Central.....	30	87	9.935	4.124	191	606	120	241	255	541	353	231	1.029	1.174	11.913	7.004
2.º Bairro.....	757	1.118	11.321	3.205	66	136	90	58	1.145	2.170	35	13	11	23	13.423	6.773
Alcântara	565	1.168	10.864	3.286	151	87	19	56	1.549	2.736	12	5	1	1	15.161	7.339
Poço do Bispo..	1.374	1.108	3.502	2.855	60	52	—	—	913	785	705	586	590	517	7.527	5.718
	2.726	3.481	35.622	13.470	468	881	229	355	3.862	6.230	1.105	835	1.651	1.715	45.826	26.784
	6.207		49.092		1.349		584		10.092		1.940		3.345		72.610	

Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais 171

Resumo da leitura em 1935:

Bibliotecas	LEITURA		Total
	Diurna	Nocturna	
Central	11.913	7.004	18.917
2.º Bairro	13.425	6.723	20.148
Alcântara	13.161	7.339	20.500
Poço do Bispo	7.327	5.718	13.045
<i>Totais</i>	45.826	26.784	72.610

Movimento comparativo de leitores de 1931 a 1935

Bibliotecas	1931	1932	1933	1934	1935
Central (a)	85	382	2.213	13.698	18.917
2.º Bairro (b)	3.994	5.616	4.846	14.654	20.148
Alcântara (c)	—	—	3.460	16.615	20.500
Poço do Bispo (d)	—	—	—	5.526	13.045
<i>Totais</i>	4.079	5.998	10.519	50.493	72.610

(a) — Aberta ao público com leitura diurna, em 27 de Junho de 1931, e com leitura nocturna, em 3 de Julho de 1933.

(b) — Fanciona com leitura nocturna, desde 3 de Fevereiro de 1934.

(c) — Aberta ao público, com leitura diurna e nocturna, em 31 de Julho de 1933.

(d) — Aberta ao público, com leitura diurna e nocturna, em 18 de Outubro de 1934.

Registo Bibliográfico

Movimento de espécies em 1935

Volames existentes em 31 de Dezembro de 1934 72.131

Volumes entrados em 1935 :

Depósito legal, compras e ofertas :

Janeiro	75
Fevereiro	110
Março	72
Abril	87
Maio	609
Junho	102
Julho	198
Agosto	279
Setembro	120
Outubro	114
Novembro	119
Dezembro	117
	2.002

Existência em 31 de Dezembro de 1935.....

74.133

Museus Municipais de Lisboa

Museu Municipal (Palácio Galveias)

Espécies entradas por oferta, compra e incorporação em 1935

Ofertas:

De S. Ex.^a o Senhor M. Telxela Gomes:

- Uma cómoda.
- Um canapé de assento de dobradiças.
- Quatro cadeiras de dobradiças.
- Um espelho grande, com moldura de talha dourada.
- Um relógio de pau santo, ornamentado com pequenas figuras de marfim.
- Duas santas de bronze.

Do Ex.^{mo} Sr. M. B. E. Machado da Concelção:

- Um bote baleeiro, (miniatura) com pano e palamenta, usado na Ilha do Pico, oferecido em homenagem ao Ex.^{mo} Sr. Tenente-Coronel Henrique Linhares de Lima e seus colaboradores.

Do Ex.^{mo} Sr. Álvaro Nunes da Silva Frade:

- Uma espada-revólver. Arma Napoleónica, encontrada em Aldeia Galega, então distrito de Lisboa.

Do Ex.^{mo} Sr. Dr. Artur da Mota Alves:

- Um recibo da Comissão Executiva da Grande Subscrição Nacional, a favor da defesa do país, quando do ultimatum

de 1890, passado em nome de Jacinto Inácio de Brito Rebêlo, coronel comandante do regimento de infantaria 15 (manuscrito).

Do Ex.^{mo} Sr. Engenheiro Castanheira das Neves:

- Duas medalhas conferidas a J. P. Castanheira das Neves pela Real Academia das Ciências, de Madrid, e Exposition Universelle Internationale, de 1900.

De um anónimo:

- Um distintivo usado pelos membros da Comissão das Festas da Cidade, 1935.

Do Ex.^{mo} Sr. Director da Procuradoria Geral dos Municípios:

- Um sinete encimado com o brasão da P. G. M. P. e com as iniciais J. L.

Da Comissão Organizadora da 1.^a Exposição Filatélica Portuguesa:

- Uma medalha de prata comemorativa da 1.^a Exposição Filatélica Portuguesa, realizada nos Paços do Concelho, durante o período das Festas da Cidade, de 1935.

Compra:

- Um quadro a óleo—Mercado da Figueira, Lisboa, antes de construída a actual Praça da Figueira.
- Um quadro composto de seis aguarelas representando aspectos de um trecho da «Lisboa Antiga» nas Festas da Cidade, ano de 1935.

Encorporações:

- Um diploma de sócio de honra, conferido à Câmara Municipal de Lisboa, pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Uma pedra brazonada, que pertencea a um antigo palácio do Calhariz, que foi

em tempos da família dos Condes de Sobral.

- Uma pedra — que se sapõe ser de origem romana —, encontrada numas escavações da Rua Vitor Cordon.
- Três quadros com oito fotografias cada, de «Barcos que se apresentarão no Cortejo Fluvial», (Festas da Cidade).
- Um quadro com oito fotografias de «Alguns exemplares de viaturas de Bombeiros. que figurarão nas Festas de Lisboa».
- Uma fotografia do «Mercado 24 Julho», tirada de avião, a cem metros.

Museu Rafael Bordalo Pinheiro

Movimento e espécies entradas por ofertas, em 1935

Movimento:

Visitantes do Museu, durante o ano 1.252

Ofertas:

Do Ex.^{ma} Sr. Sebastião Alfredo da Silva:

- Um exemplar da «Indústria Portuguesa» (Revista da Associação Industrial Portuguesa) — 7.º ano, n.º 82 — Dezembro, 1934.

Do Ex.^{ma} Sr. José Dias Sanches:

- Diploma da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, conferido ao sócio n.º 284, Carlos Cláudio Dias.

Da Ex.^{ma} Sr.^a D. Josefina Rolland:

- Máscara de António Duarte da Cruz Pinto, (servia para uma mascarada).

Da Ex.^{ma} Sr.^a D. Angélica Barreto da Cruz Bordalo Pinheiro:

- Uma escultura de madeira (castão de bengala) representando Rafael Bordalo Pinheiro, executada pelo Dr. Manuel Maria Bordalo Protes Pinheiro.

- Quatro medalhas comemorativas da Exposição Internacional de Paris, de 1889.

Do Ex.^{mo} Sr. J. M. Cordeiro de Sousa:

- Um bilhete convite de Rafael Bordalo Pinheiro, para a inauguração de uma exposição de cerâmica, realizada na Livraria Gomes.

Do Ex.^{mo} Sr. António Joaquim Pereira:

- Vários exemplares trancados de o jornal «A Lanterna Mágica».

De filhos de Henrique Marques e editor Gomes de Carvalho:

- In memoriam de Henrique Marques.

Da Ex.^{ma} Sr.^a Dr.^a Teresa Leitão de Barros:

- Um exemplar da circular que participa a mudança dos escritórios de «O António Maria».

Da Ex.^{ma} Sr.^a D. Julieta Ferrão:

- O volume «La Dase», por Luigi Rasi.

ÍNDICE

Ano V — N.º 15

	Pags.
LISBOA SOB O DUQUE DE ALBA	5
AS QUINTAS REAIS DO LUGAR DE BELÉM ..	10
AINDA A CASA ONDE FALLECEU CAMÕES ..	22

ESTAMPAS:

CASA ONDE MORREU CAMÕES — CASA ONDE ESTÁ A LÁPIDA COMEMORATIVA DO FALECIMENTO DE CAMÕES — CUNHAL DA ENFERMARIA DO INSTITUTO BACTERIOLÓGICO, ONDE SE PROPÕE A COLOCAÇÃO DA LÁPIDA COMEMORATIVA DA JAZIDA DOS ÓSSOS DE CAMÕES — INSCRIÇÃO DA LÁPIDA DA CASA DA CALÇADA DE SANT'ANA.

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — *Fábrica Constância* — *Cartão do prof. Leopoldo Battistini* — *Ornatos de Viriato Silva* — *Fotografia do Ex.º Sr. Comandante António José Martins.*

Ano V — N.º 16

	Pags.
O PALÁCIO DO PÁTEO DO SALDANHA ...	31
ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O CULTO DE CAMÕES	39
SANTO ANTÓNIO NA LITERATURA E NA ARTE PORTUGUESAS	43

ESTAMPAS:

ÁGUA-FORTE DE VIEIRA LUSITANO — GRAVURA DE VIEIRA LUSITANO, PARA O LIVRO TESOURO ESPIRITUAL DA NOVENA DO GLORIOSO S. ANTÓNIO DE PÁDUA — ÁGUA-FORTE

DE VIEIRA LUSITANO — SANTO ANTÓNIO — SANTO ANTÓNIO EM ADORAÇÃO — SANTO ANTÓNIO COM O LIVRO, ATRIBUTO DOS DOCTORES — SANTO ANTÓNIO PRÉGANDO AOS PEIXES — SANTO ANTÓNIO.

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — *Fábrica Constância* — *Cartão do prof. Leopoldo Battistini* — *Ornatos de Viriato Silva* — *Fotografia do Ex.º Sr. Comandante António José Martins.*

Ano V — N.º 17

	Pags.
O PRECIOSO ARREIO, FEITO EM GOÁ NO SÉCULO XVI, PARA D. SEBASTIÃO ...	69
RAMALHO ORTIGÃO	74
BIBLIOTECAS MUNICIPAL E POPULAR DE BORDEUS	89

ESTAMPAS:

PRIMEIRA PÁGINA DA CARTA ESCRITA DA ÍNDIA, COM A DESCRIÇÃO DO ARREIO LÁ FEITO, PARA D. SEBASTIÃO, EXISTENTE NA SECÇÃO DE MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, NUM CÓDICE CATALOGADO I-14-2-30, A FL. 64 A 66, (Reprodução fotográfica do Dr. Artur da Motta Alves) — ÚLTIMA FOLHA DA CARTA (Reprodução fotográfica, do Dr. Artur da Motta Alves).

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502)

— *Fábrica Constância* — *Cartão do prof. Leopoldo Battistini* — *Ornatos de Viriato Silva* — *Fotografia do Ex.^{mo} Sr. Comandante António José Martins.*

Ano V — N.º 18

	Pags.
O CAPUZ DE MIGUEL ÂNGELO	103
O PALÁCIO DO PÁTEO DO SALDANHA ...	108
AZAS EM TERRA	115
ALFAMA DE ÔNTEM & ALFAMA DE HOJE	120
A MULHER E OS LIVROS	139
CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA DA CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS, POR D. AFONSO HENRIQUES	143
DO SÍTIO DE NOSSA SENHORA AO ACTUAL LARGO DA AJUDA	150
DADOS ESTATÍSTICOS	169
REGISTO BIBLIOGRÁFICO	172
MUSEUS MUNICIPAIS DE LISBOA	173
MUSEU RAFAEL BORDALO PINHEIRO	175

ESTAMPAS :

CHAFARIZ D'EL-REI — ALFAMA, CALÇADINHA DO TIJOLO : UMA CASA — ALFAMA, RUA DA REGUEIRA : UMA CASA — VALE DA SACÔTA — OUTRO ASPECTO DO VALE DA SACÔTA — CONSEQUÊNCIAS DE CENTO E CINQUENTA ANOS DE ABANDONO — A TÔRRE DO RELÓGIO EXIBE AINDA AS CIATRIZES QUE LHE FICARAM DA AMPUTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PATRIARCAL.

Capa (Anverso) : — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — Fábrica Constância — Cartão do prof. Leopoldo Battistini — Ornatos de Viriato Silva — Fotografia do Ex.^{mo} Sr. Comandante António José Martins.

SUMÁRIO

TEXTO :

O CAPUZ DE MIGUEL ÂNGELO, Joaquim Leitão — O PALÁCIO DO PÁTEO DO SALDANHA, Artur da Motta Alves — AZAS EM TERRA, Joaquim Leitão — ALFAMA DE ONTEM & ALFAMA DE HOJE, Luiz Chaves — A MULHER E OS LIVROS, Joaquim Leitão — CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA DA CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS, POR D. AFONSO HENRIQUES — DO SÍTIO DE NOSSA SENHORA AO ACTUAL LARGO DA AJUDA, Mário de Sampaio Ribeiro — DADOS ESTATÍSTICOS — REGISTO BIBLIOGRÁFICO — MUSEUS MUNICIPAIS DE LISBOA — MUSEU RAFAEL BORDALO PINHEIRO.

GRAVURAS :

CHAFARIZ D'EL-REI — ALFAMA. CALÇADINHA DO TIJOLO : UMA CASA — ALFAMA, RUA DA REGUEIRA : UMA CASA — VALE DA SACÔTA — OUTRO ASPECTO DO VALE DA SACÔTA — CONSEQUÊNCIAS DE CENTO E CINQUENTA ANOS DE ABANDONO — A TÔRRE DO RELÓGIO EXIBE AINDA AS CICATRIZES QUE LHE FICARAM DA AMPUTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PATRIARCAL.

Capa (Anverso) : — TRECHO DE PAINEL DE AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADORES E OFICIAIS DA CÂMARA DE LISBOA (1502) — Fábrica Constância — Cartão do prof. Leopoldo Battistini — Ornatos de Viriato Silva — Fotografia do Ex.^{mo} Sr. Comandante António José Martins.

Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

Ano I — (N.º 1 e 2 — 182 pags.)
De Junho a Dezembro de 1931 — **Esc. 10\$00**

Ano II — N.º 3 e 4 — (97 pags.)
De Janeiro a Junho de 1932 — **Esc. 10\$00**

Ano II — (N.º 5 — 25 pags.)
De Julho a Setembro de 1932 — **Esc. 7\$00**

Ano II — (N.º 6 — 48 pags.)
De Outubro a Dezembro de 1932 — **Esc. 7\$00**

Ano III — (N.º 7 a 10 — 76 pags.)
De Janeiro a Dezembro de 1933 — **Esc. 25\$00**

Ano IV — (N.º 11 — 36 pags.)
De Janeiro a Março de 1934 — **Esc. 7\$00**

Ano IV — (N.º 12 — 32 pags.)
De Abril a Junho de 1934 — **Esc. 7\$00**

Ano IV — (N.º 13 — 37 pags.)
De Julho a Setembro de 1934 — **Esc. 7\$00**

Ano IV — (N.º 14 — 78 pags.)
De Outubro a Dezembro de 1934 — **Esc. 7\$00**

Ano V — (N.º 15 — 29 pags.)
De Janeiro a Março de 1935 — **Esc. 7\$00**

Ano V — (N.º 16 — 38 pags.)
De Abril a Junho de 1935 — **Esc. 7\$00**

Ano V — (N.º 17 — 34 pags.)
De Julho a Setembro de 1935 — **Esc. 7\$00**

Ano V — (N.º 18 — 75 pags.)
De Outubro a Dezembro de 1935 — **Esc. 7\$00**

Por assinatura :

Prêço de cada número — **Esc. 7\$00**
Um ano — **Esc. 25\$00**

SOUSA MARTINS — *In Memoriam* — **Esc. 40\$00**

DEPOSITÁRIOS EM TODO O PAÍS:
Livraria Rodrigues & C.^a
RUA DO OURO, 188 — LISBOA

